

ATA N.º 285

----- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 **Atas e Correspondência**-----
- 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
- 3 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Sever do Vouga-----
 - 3.3 Regulamento da Praia Fluvial da Quinta do Barco-----
 - 3.4 Regulamento de Trânsito-----
 - 3.5 Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2023-----
 - 3.6 Orçamento Municipal e GOP's 2024-----
 - 3.7 Demonstrações Financeiras Previsionais 2024-----
 - 3.8 Mapa de Pessoal 2024-----
 - 3.9 Plano de Recrutamento para 2024-----
 - 3.10 Taxas do IMI para 2024-----
 - 3.11 Taxas do IMI para 2024 – Redução por Agregado Familiar-----
 - 3.12 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024-----
 - 3.13 Participação Variável no IRS para 2024-----
 - 3.14 Derrama para 2024-----
 - 3.15 Licença Administrativa – Interesse Municipal-----
- 4 **Período Destinado ao Público**-----

----- Foram registadas as seguintes presenças:-----

- Adérito Soares-----
- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- Almiro da Silva Machado-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto de Macedo Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Lúcia Maria Castanheira Gonçalves-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Maria Margarida Nunes Oliveira-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----

- Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro-----
---- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e cinco minutos. Depois de saudar a todos os presentes, deu conta dos pedidos de justificação de falta e de substituição: Ana Cristina da Silva Tavares, que foi substituída por Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro; Alexandre Manuel Tavares Rocha, que foi substituído por Alexandre Miguel Coutinho Tavares; Cláudia Isabel Lopes Cruz, que foi substituída por Lúcia Maria Castanheira Gonçalves; Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, tendo sido convocada Ana Margarida Domingues Pinho, para a substituir, mas não compareceu, e, Renata Liliana da Costa Marques, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes. Deu conta, ainda, de que, em 13 de dezembro de 2023, Patrícia Sofia Martins Santos apresentou um pedido de suspensão do mandato, durante seis meses, por motivos profissionais e pessoais, tendo sido convocada Maria Margarida Nunes Oliveira para a substituir. Relativamente aos pedidos de substituição e suspensão de mandato, o Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém queria intervir para pedir algum esclarecimento ou colocar alguma questão. Não havendo nenhuma questão, foram considerados deferidos os pedidos de substituição, bem como o pedido de suspensão de mandato.-----

---- Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros da Assembleia Municipal: Adérito Soares, Alexandre Manuel Tavares Rocha, Almiro Silva Machado, Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Veloso Martins da Silva, António Augusto de Macedo Cruz, António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, António Fernando da Silva Dias, Cláudia Isabel Lopes Cruz, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Hermínio Pedro Marques Martins, Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos, João Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Luís Filipe Tavares da Silva Pedro, Maria Amaral Martins Pereira, Maria Margarida Nunes Oliveira, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro Miguel Martins Mendes, Renata Liliana da Costa Marques, Sandra Marlene Rodrigues Pereira, Sérgio Soares da Silva e Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

--- Esteve presente Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, em apoio à Mesa. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de iniciar a ordem de trabalhos propriamente dita, queria apenas e muito rapidamente dizer duas ou três explicações. A primeira delas para dizer que esta assembleia foi convocada muito em cima do Natal por duas razões, a primeira porque a data prevista seria a sexta-feira passada, mas coincidia com o jantar de Natal dos colaboradores do município e antes dessa data não era possível porque a documentação não estava concluída. Portanto, achou-se por bem ser no dia de hoje e as nossas desculpas por ser num período de alguns constrangimentos para algumas pessoas. Como já perceberam, a ordem de trabalhos é muito extensa o que não posso deixar também de lamentar porque, provavelmente, alguns assuntos poderiam já ter sido apreciados ou numa sessão extraordinária ou uma coisa do género e evitar uma ordem de trabalhos tão extensa com os inconvenientes que isso possa ter caso não se consiga concluir a discussão de todos os pontos e, como sabem, há aqui pontos da ordem de trabalhos que têm obrigatoriamente que ser discutidos e apreciados até ao final do ano. Nesse sentido, também, em conferência de líderes, chegamos a alguns pontos de entendimento que eu iria colocar, desde já, à vossa apreciação, e que passariam por remeter para a parte final da ordem de trabalhos os pontos 3.3, 3.4 e 3.5 e agrupar a discussão dos pontos 3.6 ao ponto 3.14 num único bloco. Isto é, quem vier intervir sobre estes pontos 3.6 ao 3.14, apresentará todas as questões que quiser apresentar, depois a votação, sim, será

feita separadamente. Sobre estas alterações, coloco à vossa apreciação. Não havendo intervenções, consideram-se admitidas estas alterações à sequência normal da ordem de trabalhos proposta.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Ata n.º 283 de 30 de junho de 2023: Foi apreciada a ata da sessão ordinária de 30 de junho de 2023, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Maria Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro. Os membros Almiro Machado, Elga Silva, João Oliveira, Luís Pedro e Paulo Lourenço não participaram da votação por terem chegado mais tarde.-----

1.3 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- Ofício a Adérito Soares a informar sobre substituição de membro;-----
- Ofício ao PSD sobre suspensão de mandato;-----
- Convite - Desfolhada Tradicional 2023 da Associação da Mouta;-----
- Pedido de Regularização de Acesso a Habitação;-----
- Convite - Dia da Região de Aveiro 2023;-----
- Convite - X Feira das Vindimas;-----
- Convite - Caminhada de São Martinho ao Luar;-----
- Moções aprovadas na Assembleia Municipal de Sesimbra;-----
- Prémios ANAM 2023;-----
- Convite - Torneio de Esperanças em Patinagem Artística;-----
- Convite - 15º Aniversário do SeverFintas;-----
- Ofício ao PCM com intervenção do público;-----
- Ofício à BUMP a dar conhecimento do voto de louvor;-----
- Ofício a Daniel Tavares a dar conhecimento do voto de louvor;-----
- Ofício a Adérito Soares sobre falta injustificada;-----
- Ofício a António Dias com resposta a questões colocadas em 29-09-2023;-----
- Ofício ao PCM com questão colocada por António Dias em 29-09-2023;-----
- Convite - Seminário sobre a Criação de AMPIC;-----
- Ofício ao PCM com Questão de David Alves;-----
- Ofício a Margarida Raimundo sobre Falta;-----
- Ofício ao PCM com Questões de António Dias;-----
- Ofício do PCM ao PAM sobre intervenção do público dia 29-09-2023;-----
- Convite - Magusto da Associação da Mouta;-----
- Convite - Almoço Solidário da FBBQ;-----
- Convite - Jantar de Natal do CRC de Rocas do Vouga;-----
- Ofício da CAPOTPL sobre a desagregação da União de Freguesias de Cedrim e Paradela;-----
- Ofício à UF Cedrim e Paradela a solicitar o envio de elementos;-----
- Ofício da CAPOTPL sobre a desagregação da União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas;-----
- Ofício à UF Silva Escura e Dornelas a solicitar o envio de elementos;-----
- Convite - Festas de Natal da APCDI;-----
- Ofício da UF Cedrim e Paradela sobre Processo de Desagregação;-----
- Ofício à CAPOTPL sobre Desagregação da UF de Cedrim e Paradela;-----
- E-mail da CAPOTPL a confirmar receção;-----
- Convite – Landsdsever para evento de homenagem a amigo;-----

- Ofício da ANAM sobre Quotas 2024;-----
- Convite - Audição de Natal da BUMP;-----
- Convite - Landsever - Mirtilo d'honra;-----
- Convite - Ceia de Natal da Filarmónica Severense;-----
- Ofício da UF Silva Escura e Dornelas sobre Processo de Desagregação;-----
- Ofício à CAPOTPL sobre Desagregação da UF de Silva Escura e Dornelas;-----
- E-mail da CAPOTPL a confirmar receção;-----
- ANAM - Esclarecimento do Direito a Senhas de Presença;-----
- Convite - Abertura Oficial da Iluminação Natalícia e do Dlim Dlão;-----
- Convite - Jantar de Natal do ACRPV;-----
- Ofício do CMJ – Parecer;-----
- Ofício a António Dias com resposta a questões colocadas ao PAM em 29-09-2023;-----
- Ofício a António Dias com resposta a questões colocadas na sua intervenção de 29-09-2023;-----
- Convite - Convívio de Natal dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga;-----
- Convite - III Convívio Sénior +65 2023.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Está em vossa posse a correspondência recebida e trocada, vou-me abster para abreviar os trabalhos neste princípio de tentarmos cumprir toda a ordem de trabalhos enunciada, vou-me abster de dizer onde a Mesa esteve presente ou representada, direi isso depois numa reunião futura. Apenas dois pontos que considero mais a destacar que foi no dia 8 de novembro, aqui nesta sala, na tomada de posse do novo comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga e no dia 27 de novembro, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal, na assinatura do contrato de cooperação para obras de reabilitação do quartel da GNR. Dito isto, sobre estas questões, algum esclarecimento que pretendam da Mesa? Vamos passar, então, ao período de antes da ordem do dia e estão abertas as inscrições.-----

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa e restantes membros, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Dada a extensão da ordem de trabalhos de hoje, a bancada do PSD não vai intervir neste ponto e apresenta a todos os membros e a todos os Severenses votos de um santo e feliz Natal.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Pedro Mendes.-

Pedro Mendes – Muito obrigado, senhor Presidente, restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras vereadoras, senhores vereadores, senhoras deputadas, senhores deputados, comunicação social e restante público. O CDS decide, também, acompanhando a intervenção anterior, fazermos uma comunicação muito breve, realçando alguns tópicos que, para nós, são importantes. Tal como o senhor Presidente referiu há pouco, o meu tempo de ausência, não voluntário, fez-me acompanhar a atividade da Câmara à distância. Facto que eu gostaria de realçar é uma Câmara com mais dinamismo e que comunica muito melhor para quem acompanha à distância. Para alguém que está distante, é importante sabermos aquilo que vai acontecendo no nosso município. Algo que nós gostaríamos, também, de referir neste período antes da ordem do dia é o processo que ocorreu na Câmara com a troca de pelouros. Para nós é um ato importante, um ato democrático. É um ato que diz bem daquilo que é esta Câmara Municipal e da forma como ela é gerida. Gostaríamos de realçar a atividade que o nosso vereador teve na área da cultura onde nós fomos, verdadeiramente, uma referência ao longo dos últimos meses fazendo muito mais e com menos dinheiro. Os números falam por si, as estatísticas falam por si. São verificáveis as evidências e falam por si próprias. A Ficavouga foi um

exemplo. A agenda cultural do CAE foi, durante meses, um exemplo a seguir por outros municípios e uma referência para outros municípios também. A única coisa que nós pedíamos e a nossa expectativa é não apenas de uma continuidade, mas sim de uma superação dos resultados positivos que tivemos. O senhor Presidente da Câmara tem a nossa confiança. Nós estamos confiantes num resultado positivo e dizemos isto, também, de uma forma positiva. Muito obrigado.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Sérgio Silva.---
Sérgio Silva – Boa tarde, meus senhores e minhas senhoras. Senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor Presidente da Câmara, caríssimo Presidente da Assembleia Municipal. Eu não podia, neste final de ano, deixar passar este momento sem dizer que foi mais um ano perdido para o Município de Sever do Vouga. As taxas de juro continuaram a aumentar, arrastando com elas o buraco financeiro criado pelo empréstimo contraído por esta Câmara, no valor de € 1 750 000,00, essencialmente para a construção da estrada de Silva Escura a Dornelas. Mais um ano passado e o buraco financeiro a aumentar a estrada não está feita. Caiu, em 2023, o governo das contas certas, mas nós ficamos com a Câmara dos procedimentos certos. Uma Câmara que continua a insistir nas auditorias, que chegou à conclusão, e essas auditorias trouxeram-nos como resultado algumas irregularidades que qualquer cidadão, minimamente inteligente e com acesso à informação, chegaria à mesma conclusão. Um ano de 2023 em que esta Câmara aceitou, precipitadamente, de uma forma imatura, a delegação de competências da saúde, num momento tão difícil em que a saúde se encontra e esta Câmara foi com um bocadito de sede ao pote e aceitou esta delegação de competências em troca da construção de mais umas infraestruturas com dinheiros do PRR esquecendo-se de que o que nós precisamos não são mais infraestruturas. O que nós precisamos são médicos para acompanhar e para dar assistência aos nossos utentes. Uma Câmara em que, durante este ano, ao contrário do meu colega que me antecedeu, perdemos o vereador da Cultura e, se calhar, começa a dar alguns sinais de instabilidade esta coligação. E em 2023 em que houve cortes nas verbas. Houve cortes nas verbas das associações, na semana passada estiveram aqui as associações e quase todas se queixaram que os valores diminuíram. Associações também são cultura. A própria assembleia municipal, pelo que eu percebi na reunião que antecedeu esta reunião, também teve cortes e as juntas de freguesia também tiveram cortes e aqui os cortes foram cortes cegos. No primeiro ano, esta Câmara prometeu € 75 000,00 para cada freguesia, as freguesias foram fazendo obra, aquilo que não era feito há muitos anos, nem por freguesias, nem por Câmara Municipal, e a Câmara cortou os € 75 000,00 praticamente a todas as freguesias, exceto algumas. E estranha-me os protocolos que foram celebrados por esta Câmara com as freguesias que violam completamente o regulamento que, nesta assembleia, foi aprovado e que, mesmo assim, a Câmara andou a celebrar aí uns contratos que eu acho que deviam ser, também, metidos, se calhar, aqui na ordem de trabalhos e deviam ser alvo de uma auditoria porque violam completamente o regulamento aprovado por esta assembleia. E, assinar esses protocolos com as freguesias para obras que vão ser feitas, exclusivamente, pela Câmara, não se percebe porque é que a Câmara andou a celebrar esses protocolos e nem se percebe porque é que as freguesias aceitaram. Se a Câmara é que vai fazer todo o trabalho, não era preciso celebrar esses protocolos. Termino, desejando feliz Natal a todos os Severenses e dizendo que já vi ramadas de vinho americano mais bonitas do que o monte de ferro velho que sustenta a iluminação de Natal desta linda vila. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.-----
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. Primeiro, eu queria aqui, senhor Presidente da Assembleia, que informasse o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vice-Presidente, que antes de irem para Talhadas dizer seja lá o que for acerca da gestão da Junta ou, eventualmente, daquilo

que a Junta gere, que leiam o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a lei que rege todas as autarquias locais, nomeadamente a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, juntas de freguesia e assembleias de freguesia, e que vejam na Lei n.º 75/2013, Capítulo II, Freguesia, Secção I, Atribuições, artigo 7º, Atribuições da Freguesia, n.º 1, “constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município”. Alínea b), isto, senhor Vice-Presidente, antes de ir para Talhadas e dizer seja lá o que for, leia a alínea b), “abastecimento público”. Alínea e), e quero, senhor Presidente da Assembleia, já lhe digo o que quero a seguir, “cuidados primários de saúde”. Senhor Presidente da Assembleia, eu quero aqui um pedido, peço a si, para pedir ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vice-Presidente, que disse aqui várias vezes que era ilegal, que me faça chegar um esclarecimento escrito das ilegalidades que a Junta de Freguesia cometeu e que o senhor Presidente disse aqui que era ilegal e que anda em todo o lado a dizer que é ilegal. Isto está nas atas das assembleias municipais. Quero isso por escrito e o senhor e, senhor Presidente, não é passado noventa dias como tem sido. Peço que seja dentro dos trinta dias que é para saber se é ilegal e se é ilegal eu dou a mão à palmatória. Se for ilegal alguém tem que aqui assumir. Não é a Junta não poder contratar médicos e a Câmara pode. Senhor Presidente da Assembleia, a seguir, eu gostava de saber aqui do senhor Vice-Presidente, tenho este berbicacho, regulamento de javalis, como é que estamos? Eu sei que agora não há ninguém a chatear, mas quando vierem as culturas tenho as pessoas a chatearem-me. Outra coisa que o senhor Vice-Presidente prometeu aqui, há uns tempos, gostava de saber aqui, se me puder informar, o regulamento dos madeireiros. Tenho, normalmente, os caminhos, nomeadamente, de terra batida sempre todos, infelizmente, degradados devido aos madeireiros e gostava de saber para quando é que estará previsto. Depois, falei na última assembleia, em Silva Escura e Dornelas, marcações das estradas estão cada vez pior. Eu não entendo. Ainda não marcaram uma única estrada desde que estão neste executivo. eu gostava de saber porquê. A seguir, infelizmente tenho assistido, não sei se é vandalismo, desconheço, a muita sinalização “danificada”. Eu desconheço e dou a mão à palmatória. Na minha freguesia, estão muitos sinais ou deitados abaixo, ou estão arrancados. Pelo que me dá a entender, muitas vezes não é acidente. Portanto, aquilo dá ideia que é vandalismo. Senhor Presidente, eu sei que, possivelmente, não tem culpa, mas peço que você ou os serviços municipais deem uma vista de olhos a isto porque eu, pelo menos na freguesia de Talhadas, infelizmente, deparo-me com muitas situações destas. Depois, senhor Presidente, aqui para o senhor Presidente da Câmara, continuo a bater na mesma tecla. Tenho muitos casais novos a sair da minha freguesia. Há terrenos para construção. A Junta de Freguesia está disponível para apoiar e gostava de saber até que ponto o senhor Presidente tem a disponibilidade, no fundo, de disponibilizar, pelo menos, os serviços técnicos do município para apoiar estas e outras medidas, até porque o concelho de Oliveira do Bairro vai investir € 5 000 000,00 a construir habitação para depois arrendar. Quero dizer-lhe, senhor Presidente da Câmara, que a Junta de Freguesia de Talhadas estará sempre disponível para apoiar todos os investimentos na freguesia. Era só isso, senhor Presidente. Obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito rapidamente, uma vez que a ordem de trabalhos é cumprida. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores. Quero, apenas, desejar a todos vós, às vossas famílias e a todos os Severenses, sinceros votos de boas festas e de um ano novo próspero e feliz. Relativamente às perguntas que me foram feitas pelo senhor Sérgio Soares e pelo senhor António Dias, e para não tomarmos muito tempo desta assembleia, gostaria de pedir autorização para responder por escrito, por favor.

Presidente da Assembleia Municipal – Muito bem. Pedia, apenas, que, e como disse o senhor António Dias, que as respostas fossem tão breves quanto possível. Nós sabemos que há determinados assuntos que são mais difíceis dos serviços alinharem e avançarem com as respetivas respostas. Já agora, o senhor David Alves tinha colocado uma questão que, só hoje, foi possível apresentar a resposta. As nossas desculpas, mas, às vezes, não é mesmo possível. Dito isto, vamos avançar para o ponto 1 da ordem do dia.-----
Sérgio Silva disse não ter solicitado qualquer esclarecimento ao Presidente da Câmara Municipal.-----

----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – O período sobre o qual incide esta informação escrita fica, inevitavelmente, marcado pelo término do ano. Neste ano que se passou continuamos a acreditar num modelo de gestão autárquico assente no rigor, na transparência, no planeamento e na coesão territorial. Mantemos o foco em políticas públicas de proximidade, que se norteiam pelo diálogo, respeito e valorização de todos, de forma equitativa. Vivemos o último trimestre do ano, uma época caracterizada pela esperança e pelo sentido de comunidade e partilha e, sobretudo, de celebração à humanidade. É neste propósito que este trimestre é de e para as pessoas. O término do mês de setembro deu mote à Semana do Idoso. Esta é uma iniciativa de partilha de experiências e saberes e de valorização dos nossos idosos. Uma semana de intensa atividade que integrou o II Congresso de Envelhecimento Saudável e a Viagem Sénior. Sever do Vouga tem um património humano excecional. Queremos que o processo de envelhecimento seja experimentado de forma saudável e autónoma o maior tempo possível. Para tal, o Município de Sever do Vouga considera que este caminho só poderá ser traçado com sucesso, trazendo todas as pessoas, sem exceção, para a vida social, económica e cultural deste território. Neste último trimestre reabrimos a piscina municipal, após um longo período de encerramento. Sempre estivemos cientes da falta que este serviço fazia à comunidade e encetamos todos os esforços para que esta reabertura fosse uma realidade. Ao longo do presente mandato foram várias as reuniões com membros do Governo. Aprecia-me que essas diligências tenham sortido efeitos e, finalmente, garantimos a execução da concretização da construção do acesso ao IC35, através do financiamento a partir do Leilão 5G, publicado na portaria n.º 519/2023. Consideramos que, esta obra é de extrema necessidade ao desenvolvimento do nosso concelho e que terá importantes contributos para o desenvolvimento empresarial do território. Já estamos a trabalhar com a empresa que está a realizar o projeto de execução do projeto para que o mesmo possa ser concretizado dentro dos prazos previstos. Da mesma forma, assinamos um contrato interadministrativo para a realização das obras do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, num investimento previsto de € 862 414,81. Este contrato tem por base a cooperação institucional entre o Município de Sever do Vouga e o Ministério da Administração Interna, de forma a assegurar as condições de funcionalidade e operacionalidade necessárias à boa atividade da Guarda Nacional Republicana no concelho. Mantendo o propósito nas pessoas, promovemos contactos e procedimentos para o alargamento das respostas sociais de creche no concelho, pois conhecemos as fragilidades deste setor. Levamos até ao Governo Central e ao núcleo distrital de Aveiro do Instituto da Segurança Social de Aveiro esta preocupação. Trabalhamos, em simultâneo, com estas entidades governamentais, com a APCDI e com a Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga para que seja possível a abertura de uma Creche no lugar do Cruzeiro, na freguesia de Pessegueiro do Vouga. Assinamos a alteração do protocolo de comodato com esta IPSS concelhia para que seja possível o funcionamento desta resposta social no edifício. No que toca ao controlo da população canina e felina, o Município desenvolveu uma campanha de sensibilização para a adoção responsável de animais de companhia e colocou mecanismos de detenção responsável de animais errantes,

ao abrigo da Portaria 146/2017, tendo em conta a salvaguarda e preservação da sanidade e higiene pública. Os animais, após a sua captura, são encaminhados para exame clínico, desparasitados interna e externamente, esterilizados, é-lhes aplicado o microchip de identificação e encaminhados para adoção responsável. O Município celebrou um protocolo de cooperação para o restabelecimento pós-acidente das condições de segurança rodoviária, no que concerne a limpeza, remoção de resíduos sólidos ou líquidos da faixa de rodagem, e posterior transporte, armazenamento e tratamento nos termos da legislação em vigor. A Câmara Municipal recebeu, nas suas instalações, a tomada de posse do novo comandante, Miguel Matos, dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga. Pretendemos reforçar a parceria institucional fazendo votos que esta nova liderança seja profícua para a comunidade severense. No que toca à gestão de combustíveis, foi possível, através de uma candidatura ao Fundo Ambiental realizar os trabalhos de execução das faixas de combustíveis na zona envolvente às zonas industriais. Estas ações são fundamentais para o controlo de espécies invasoras e para a regeneração natural do eucalipto. Iniciámos, também, a gestão das faixas de gestão de combustível, em vias do nosso município, de acordo com o Plano Operacional Municipal que aprovámos no ano passado. Realizamos a primeira sessão de capacitação sobre compostagem doméstica, no final do mês de novembro. Esta sessão resulta da candidatura dos munícipes para a aquisição gratuita de um compostor doméstico, no âmbito do processo de compostagem doméstica (Operação RecolhaBio – Financiado pelo Programa Fundo Ambiental. Foram também entregues os primeiros compostores aos munícipes e esclarecidos os propósitos de valorização e sustentabilidade da compostagem. O Município de Sever do Vouga renovou, em reconhecimento das medidas facilitadoras da vida familiar e de combate ao envelhecimento e desertificação, a distinção de “Autarquia + Familiarmente Responsável”, pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Por fim, gostaria de endereçar um convite a vossas excelências para que usufruam da nossa programação natalícia, pensada na promoção do nosso comércio tradicional, na valorização do movimento associativo e no lazer da comunidade. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Estão abertas as inscrições. António Monteiro, tem a palavra.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Queria começar por cumprimentar a Câmara, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, público aqui presente, comunicação social e aproveitar esta minha primeira intervenção para desejar a todos um santo Natal e um feliz ano de 2024. Obviamente que ainda teremos mais intervenções ao longo desta assembleia, mas fica esta saudação feita. E, numa informação escrita que é particularmente extensa, detalhada, e que permite acompanharmos aquilo que tem sido a atividade do município, há alguns pontos que são, para mim, importantes e que devemos ponderar a propósito desta informação escrita. Sabemos que há uma sucessão de obras, a nível municipal, que constam da mesma, mas há uma questão que é estruturante e que foi, aliás, abordada aqui pelo senhor Presidente da Câmara, e que diz respeito à nova ligação à A25, no fundo, as obras da IC35. Sabemos que foi assumido um compromisso, já há anos, de que com as verbas do Leilão 5G, seria financiada esta obra, ou seja, com recurso ao orçamento do governo nacional. Infelizmente, oito anos do governo do Partido Socialista, levaram a que o Leilão 5G estivesse exatamente no ponto em que estava. Eu não sei se ao senhor Presidente da Câmara lhe foi fornecida mais alguma informação em relação ao estado do leilão, o que é verdade é que está parado, há anos, entre aquilo que é a entidade responsável por esse mesmo leilão, que é uma entidade administrativa independente, e o governo. E, quanto mais tempo esse leilão estiver parado, mais Sever do Vouga tem que esperar pela sua ligação à IC35, portanto, em cima daquilo que aconteceu em relação à demora relativamente a esse leilão, temos ainda uma outra questão que o país não pode estar alheio e que foi a queda do governo conforme foi dito por um ex-primeiro-ministro por indecente e má-figura. Portanto, quando se olha para este cenário, aquilo que, independentemente

das garantias que tenham sido dadas ao senhor Presidente da Câmara, aquilo que, evidentemente, nos deixa é preocupados, sendo certo que há algo que, independentemente do que venha a suceder, me parece, de certo modo, evidente, que é, aconteça o que acontecer, nas próximas eleições ou será o Dr. Luís Montenegro, que é aqui do distrito, primeiro-ministro, ou será o Dr. Pedro Nuno Santos que, também, é aqui do distrito e que, por acaso, era o responsável por este leilão, que será primeiro-ministro. E, portanto, parece-me que, em relação a esta questão da ligação da IC35, eu espero que, quer o Dr. Luís Montenegro, que espero que venha a ser o primeiro-ministro, finalmente consiga desenravar o Leilão do 5G porque, infelizmente, em relação ao Dr. Pedro Nuno Santos, nos últimos anos foi responsável direto por este dossier e não o conseguiu resolver. Soma-se a isso, como também sabemos, que este é o pior ano, e assim foi enunciado pelos próprios responsáveis pelo governo, o pior ano de sempre do Serviço Nacional de Saúde com horas extraordinárias esgotadas por parte dos médicos e com consequências seríssimas para a saúde de todos os Severenses e, aliás, nesta altura convém dizê-lo até de todos os portugueses. Portanto, parece-me evidente que há necessidade de um virar de página porque sem virar a página no país, dificilmente nós conseguiremos ter os problemas de Sever do Vouga resolvidos e, por muito que esta Câmara se esforce por fazer a sua parte, há muito que falta fazer no país. E, portanto, sabemos que, numa altura destas é muito fácil ser-se partido de protesto. Protestar é mais fácil. Apresentar soluções simples, falsas soluções simples para problemas complexos, é muitas vezes o mais fácil de fazer, mas há aqui um desafio que todos nós temos perante nós, como cidadãos, que é de sermos responsáveis e de trabalharmos no sentido de encontrar as melhores soluções e aquilo que nós queremos dizer, em relação a esta informação escrita, é que reconhecemos o esforço que tem vindo a ser feito, mas é preciso que haja muito mais do que aquilo que, infelizmente, tem havido ao nível daquilo que são as responsabilidades governativas nos apoios às autarquias e nos apoios aos cidadãos, nomeadamente nestas duas questões que são questões que, para nós, são estruturantes para Sever do Vouga. Muito obrigado.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Jorge Graça.---

Jorge Graça – Muito obrigado, senhor Presidente, aproveito para o cumprimentar. Cumprimento, também, os secretários da Mesa, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras vereadoras, senhores deputados municipais, público presente, comunicação social, funcionários da autarquia, a todos muito boa tarde. Depois da intervenção que me antecedeu, deixem-me centralizar a minha, o que eu quero dizer é o seguinte: não é uma declaração política, é uma reflexão. A verdade é que, aquilo que o senhor deputado acabou de falar disse, se fôssemos a ver aquilo que alguns dos senhores deputados que, neste momento, agora apoiam a Câmara, inclusive alguns dos vereadores que agora são Presidente da Câmara e vereadores com pelouros, diziam no passado e que agora fazem, efetivamente, eu concordo consigo, é muito mais fácil propor e dizer e propor, acho que disse propostas absurdas e irrealizáveis, do que fazê-las e isso verifica-se. Basta ler declarações que foram feitas exatamente pelas pessoas que já referi, no passado, e aquilo que agora está a acontecer. Efetivamente, é uma incoerência, ou então é mesmo verdade. É muito mais fácil falar e propor coisas que não são realizáveis do que depois fazê-las. Vemos exatamente isso agora a acontecer. Também quero dizer que eu, felizmente, e já me declarei muitas vezes, sou independente, não tenho nenhum partido. Sou eleito pela bancada do PS, mas como elemento, permita-me dizer que eu não faço política nacional, não me interessa absolutamente nada, muito menos política partidária. O que me interessa, quando venho aqui fazer intervenções, é no sentido apenas de defender os interesses do município e a qualidade de vida dos munícipes de Sever do Vouga que me interessa pura e simplesmente, portanto, não quero saber quando falam do Montenegro ou de quem quer que seja. Isso, a mim, não me interessa absolutamente nada. Interessa-me é defender os interesses de Sever do Vouga e acho que, nesta assembleia municipal, acho que devia ser essa a prioridade e, em boa verdade, também tenho que reconhecer que, na maior parte das intervenções, é isso que acontece, mas noutras, às

vezes, extravasa-se um bocadinho para a política nacional e para a política partidária e foi o que aconteceu aqui, concretamente. Passando à minha intervenção propriamente dita, aquilo que eu preparei. Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, da análise que se faz da sua Informação escrita disponibilizada, em especial da sua mensagem, nada diz acerca dos serviços de saúde no nosso concelho. Relembro que na anterior tinham sido anunciados dois pontos de melhoria, que concordamos que o eram, apesar das falhas no funcionamento, nomeadamente no Balcão SNS24 na freguesia de Pessegueiro do Vouga. Desde já lhe pergunto se os problemas de funcionamento deste balcão já estão solucionados. Voltando à falta de referência aos serviços de saúde na informação escrita, tal se deverá ao fato de não haver nada de novo e positivo para anunciar e, pelo contrário, a situação ter piorado com o encerramento da extensão de saúde do Couto de Esteves. Isto é, neste momento a única extensão de saúde que vai funcionado é a de Talhadas. Aliás, Talhadas, neste aspeto está bem, comparativamente com as restantes freguesias, pois além da extensão de saúde continua a ter os serviços médicos suportados pela Junta de Freguesia. Portanto, a situação dos serviços de cuidados de saúde primários de Sever do Vouga continua a ir de mal a pior. Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara prevê que surjam melhorias nestes serviços ou as juntas de freguesia, cujas extensões de saúde estão fechadas, terão que seguir o exemplo da de Talhadas e contratarem elas próprias serviços médicos? Ao que me apercebo, algumas juntas já estarão a trabalhar nesta hipótese, atenuando um problema que a Câmara não está a conseguir resolver. Nestes casos, pergunto se estará a Câmara disposta a ajudar a custear esta despesa conjuntamente com as juntas de freguesia em causa? Ainda relacionado com os serviços de saúde em Sever do Vouga ou melhor com a falta destes, continua a figurar a ideia do SNS Posto Móvel, que consistirá na aquisição de uma viatura posto móvel de saúde, que iria à várias povoações do nosso concelho prestar apoio médico. Face a situação atual, poderia ser uma ajuda importante para minimizar os problemas. No entanto, numa espreitadela ao orçamento de 2024, verificamos que a dotação para esta rubrica é zero. Deixaram cair esta ideia ou tem melhores soluções para apresentar? Em relação à sua referência à ligação ao IC35, estamos todos de acordo quanto à sua necessidade e satisfaz-nos também o fato do processo estar a avançar. Como se lembram esta obra foi uma promessa do antigo ministro das infraestruturas, agora Secretário-Geral do PS, Pedro Nuno Santos no final do anterior mandato, e, felizmente, as coisas estão a decorrer de acordo com o prometido. Estando esta obra em fase de projeto, se não estou errado, pergunto se têm sido feitas alterações e quais ao traçado inicial, e se nos pode dar uma previsão da data em que a obra estará fisicamente realizada? Na sua mensagem também faz referência à limpeza das faixas de gestão de combustível das zonas industriais ao abrigo do fundo ambiental. Tal é muito positivo e pode dizer-se que mais vale tarde do que nunca. No entanto nada diz quanto ao alargamento das zonas industriais, de que tanto se tem falado em sessões anteriores. Mais grave é que também não há dotação suficiente no vosso orçamento para 2024 nesta rubrica. Isto quer dizer que em 2024 nada será feito no que concerne ao tão urgente alargamento das zonas industriais do nosso concelho? Também não encontrei nenhuma referência aos protocolos de investimento com as juntas de freguesia. Mas, o que salta à vista de todos é descontentamento quase unânime das juntas de freguesia do nosso concelho para com a Câmara em relação a este assunto. Relembro o inédito abandono de três dos presidentes de juntas do nosso concelho na penúltima sessão da assembleia municipal devido a este descontentamento. Senhor Presidente da Câmara, se este descontentamento não fosse tão amplo ainda se poderia aceitar, mas desta maneira não é aceitável. Ainda mais vindo de vós que prometeram maior colaboração, apoio e articulação com as juntas de freguesia. Pela situação atual, as vossas promessas de mudança, também neste caso, foi para muito pior. Agradeço que nos dê uma explicação para esta situação que prejudica, principalmente os munícipes. É caso para dizer “por favor entendam-se!”. Por fim, senhor Presidente da Câmara, não são só as juntas de freguesia que estão muito descontentes com a Câmara Municipal. Também estão muito descontentes, surpreendidas e até revoltadas, grande parte

das associações e coletividades do nosso concelho, a quem todos nós reconhecemos a relevante importância, que viram cortado a metade, um terço ou um quarto, o valor do subsídio às coletividades atribuído pela câmara este ano em relação ao ano anterior. Se nalguns casos estes cortes até se poderem compreender, outros haverá em que são uma tremenda injustiça. Ao que parece o montante global deste subsídio às coletividades terá diminuído alguma coisa e alguns dos critérios mais valorizados para definição do valor do subsídio a atribuir terão sido as despesas apresentadas, os saldos e as atividades desenvolvidas. Concordamos que tem de haver critérios para a definição dos valores, mas terá de haver algum cuidado na avaliação desses critérios, o que parece que terá falhado nalguns casos. Dou como exemplos de má avaliação destes critérios, sem particularizar. Um saldo alto não quer dizer que a coletividade não precise de dinheiro. Poderá significar que estará a juntar e a poupar dinheiro para concretizar um projeto mais ambicioso e mais avultado, muitas vezes à custa do trabalho, sacrifício e empenho pró-bono dos dirigentes. Portanto, será certo penalizar quem poupa com estes objetivos? A apresentação dum baixo valor de despesas, em grande parte das situações significa que as coletividades fazem um esforço para não gastar dinheiro, fazendo os próprios elementos dos órgãos sociais as obras, as limpezas, as manutenções de viaturas, de equipamentos e de edifícios, pedindo ao invés de comprar, prejudicando para isso em muito as suas vidas familiares, profissionais e pessoais. Devem as coletividades que apresentam baixas despesas, graças ao altruísmo dos seus sócios e dirigentes serem penalizadas por isto? Senhor Presidente da Câmara, agradeço alguma explicação que nos posa dar sobre este tema. Para terminar, e também não podia deixar de o fazer, inclusive, em nome da bancada do PS, também quero desejar a todos um feliz Natal e um próspero 2024. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Sérgio Silva.---
Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Boa tarde, mais uma vez. Eu não posso deixar de sublinhar, e li duas vezes, a comunicação escrita do senhor Presidente, e estive atento, também, agora à terceira leitura na própria pessoa, e não encontro, mais uma vez, a palavra saúde nesta comunicação escrita ou nesta mensagem do Presidente a esta assembleia. Num período em que nós temos o único centro de saúde fechado por falta de médicos, pessoas a irem às quatro ou cinco da manhã e estarem ao frio e ao relento à espera por uma simples consulta ou para uma receita para um medicamento necessário e que não têm consultas de clínica geral e familiar, não posso aceitar que este Presidente não fale deste assunto na mensagem do Presidente. Ainda por cima, num ano em que esta Câmara aceitou a delegação de competências da saúde que, diferente daquilo que foi a educação e a ação social, que foi por decreto, a saúde foi por negociação. Aquela negociação de que falei na minha intervenção anterior e que não vai resolver porque a criação das tão ambicionadas ULS não vão resolver o assunto da atração de médicos para Sever do Vouga. Nós precisamos mesmo de meter mãos à obra. E o que eu não posso aceitar é que, realmente, e agora falando da minha freguesia, que foi a última a ficar também sem extensão de saúde e sem médico, e que o Presidente dela, eu, nos últimos três meses que certifiquei e registei um gabinete médico na Entidade Reguladora da Saúde e equipei-o. Investi cerca de € 6 000,00 nesse gabinete médico e que já protocolei com um médico consultas médicas, em Couto de Esteves, e vim a esta Câmara, esta semana, pedir apoio e colaboração a esta Câmara, não posso aceitar que o Presidente me responda que vai enviar um pedido de parecer à CCDR para ver a forma de como é que se vai apoiar a assistência médica em Couto de Esteves. Senhor Presidente da Câmara, quando está alguém para morrer, a primeira coisa que tem que se fazer, e desculpem-me, a primeira coisa que tem que se fazer é socorrer a pessoa. Como é que se socorre a pessoa? Chama-se um veículo para a transportar. Normalmente, é uma ambulância. Não é um autocarro, não é um trator, não é um táxi. É uma ambulância. E leva-se a pessoa para uma infraestrutura, que é um hospital. Não é para uma serralharia, não é para uma carpintaria, é para o hospital que tem que se levar. Os procedimentos já estão todos inventados há muito tempo. Ninguém agora vai inventar procedimentos. Primeiro socorre-se a pessoa e depois

vamos ver os procedimentos. Portanto, deixem-me dizer que, em Couto de Esteves, e para esclarecer e também tranquilizar o meu colega Jorge Graça, no início de janeiro teremos, também, um médico para prestar consultas aos cidadãos de Couto de Esteves porque não é nenhuma ilegalidade e, por esse país fora, não faltam juntas e câmaras, autarquias locais, que pagam consultas, que pagam exames médicos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Tem de concluir.-----

Sérgio Silva – Eu vou concluir. Permita-me, eu se calhar vou fazer poucas mais intervenções hoje, mas este assunto é de extrema importância. Já concluo. E, realmente, aliás, até há outras autarquias que dão cheques-médicos e cheques de medicamentos. Tínhamos um partido, neste concelho, que na campanha eleitoral prometeu médicos e cheques de medicamentos, mas que, até ao momento, não temos. Portanto, nós, Junta de Freguesia, vamos avançar, no início de janeiro, com um médico. A Câmara, quando quiser, e se quiser, associar-se a nós, será bem-vinda e há muitas formas de resolver e de dar esse apoio. Agora, faço uma pergunta ao senhor Presidente e, se para dar um apoio na área da saúde precisa de um parecer da CCDR eu pergunto, e pelo que vi nesta comunicação escrita e tenho visto ao longo do ano, se quando o senhor gasta milhares de euros na rota da lampreia, na rota do cabrito, nas ficavougas nas feiras do mirtilos, pergunto se também pede algum parecer para gastar esse dinheiro porque nós devemos é pensar seriamente, devia era pedir um parecer ao Tribunal de Contas que, se calhar, ele passava-lhe alguns chumbos e passávamos a gastar o dinheiro nas prioridades.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Tem de concluir, Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado. Peço desculpa.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Pedro Mendes.

Pedro Mendes – Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os votos da minha intervenção anterior. Da análise que fiz da informação escrita poderia ter tido um ângulo mais negativo, poderia ter tido um ângulo mais positivo em relação a alguns assuntos. Eu preferi olhar para o ângulo positivo e faria, aqui, uma análise de um conjunto de coisas que foram feitas, nomeadamente não na área da saúde, mas em algo que pode prevenir os problemas de saúde e lançaria aqui um desafio a este executivo da Câmara Municipal para o futuro. A primeira coisa, em termos de reflexão pessoal com a idade que tenho é que o nosso concelho, e a minha zona em concreto deste concelho, são áreas que sempre foram fustigadas por situações de cancro, situações de morte precoce e isto é algo que nos tem acompanhado ao longo dos anos e ainda hoje acontece, infelizmente. E creio que aqui, mais do que nós podermos atuar numa fase final ou no apoio a pessoas que estão doentes, algumas que estão doentes e sabem que não podem ter muito tempo de vida, é de nós finalmente e definitivamente, passadas estas décadas, podermos verificar, analisar e estudar porque é que estas coisas acontecem, ou seja, qual é que é a origem, a principal origem que faz com que estas pessoas tenham um tempo limitado de vida para podermos atuar numa fase inicial e para que isto depois não signifique que nós tenhamos que ter mais médicos. Isto era o desafio que eu lançava a este executivo. Não posso deixar de realçar aquilo que tem sido feito por esta Câmara, na perspetiva preventiva, apoiando, e muito, os mais idosos, apoiando a área do desporto e a área da ação social. Muitas vezes em parceria com o CLDS, que tem feito um trabalho notável. São exemplos vários programas como o Aconselho-te a Mexer, Move-te na Água, e inúmeras atividades também de âmbito social. Gostaria de realçar algo que o senhor Presidente da Câmara também referiu com a abertura da piscina municipal. É evidente que o desporto e a área social são facultativos, ou seja, as pessoas podem fazer se assim o entenderem, mas se forem motivadas e se os programas forem bons, temos a certeza que isto poderá significar, no futuro, um mundo e um conjunto de pessoas e de população em Sever do Vouga com vida mais longa e mais saudável. Obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não tenho mais intervenções registadas. O senhor Presidente da Câmara tem a palavra se entender.-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim, senhor Presidente. Para falar sobre o tema da saúde, em primeiro lugar para dizer ao senhor Sérgio Silva e, já agora, também ao senhor António Dias, uma vez que foi solicitado nós iremos, efetivamente, pedir os pareceres todos. Uma vez que vocês pediram, nós iremos pedir que é para perceber, efetivamente, o que é que se passa. Nós quando temos um problema estrutural, temos tendência muitas vezes para colocar dinheiro em cima desse problema. O que acontece é que acabamos por ficar sem o dinheiro e com o problema na mesma. A questão da saúde no nosso concelho e, já agora, no nosso país, é uma questão estrutural. Nós entendemos que o modelo existente no nosso concelho está completamente desatualizado. O modelo que temos é uma unidade de cuidados de saúde primários. A verdade é que os médicos não têm tido vontade de vir para Sever do Vouga, não é pelas fracas acessibilidades, não é pelas pessoas. Não vêm para Sever do Vouga por causa do salário. O salário numa unidade de cuidados de saúde primários, o salário de um médico especialista, é na casa dos € 1 900,00. Numa unidade de saúde familiar, e vai haver uma uniformização entre as unidades de saúde familiar tipo A e do tipo B, o salário médio do médico é muito superior a € 3 500,00, sendo que há objetivos na unidade de saúde familiar que têm que ser cumpridos, nomeadamente no número de doentes que têm que atender todos os dias, no tipo de doentes que têm que atender, portanto, nós entendemos que o modelo que deve ser adotado para Sever do Vouga é o modelo de uma unidade de saúde familiar. Por isso mesmo é que nós negociámos com o Ministério da Saúde. Deixar muito claro o seguinte: a delegação de competências da saúde no município são apenas dos edifícios e dos assistentes operacionais. Os assistentes operacionais são aqueles que fazem as limpezas. Nem sequer os assistentes técnicos ficaram, e resolveria certamente muitos problemas nomeadamente no que diz respeito à marcação das consultas, sob a competência do município. Portanto, a nossa estratégia e a nossa opinião é de pressionar o Ministério da Saúde, foi de pressionar o Ministério da Saúde para a criação de uma unidade de saúde familiar aqui no nosso concelho. Aquilo que nós fizemos e conseguimos no âmbito desta negociação foi criar condições para a criação de uma unidade de saúde familiar. Garantimos um investimento de € 2 100 000,00 para o centro de saúde de Sever do Vouga que estará adaptado de acordo com as normas de uma unidade de saúde familiar, e garantimos um investimento para a extensão de saúde de Talhadas. Ainda não sabemos onde se vai localizar exatamente, mas conseguimos garantir um investimento de € 500 000,00 para a extensão de saúde de Talhadas que, já agora, é a única extensão de saúde, neste momento, aberta, fruto de um protocolo estabelecido entre a ARS, o ACeS do Baixo Vouga e a Câmara Municipal. Neste momento, o Dr. Gonçalves, que era um médico reformado, faz entre 21 e 25 horas, naquela extensão de saúde, libertando utentes do centro de saúde de Sever do Vouga que determinou que ele iria para a extensão de saúde de Talhadas que tinha o ficheiro maior aqui no concelho com cerca de 1800 utentes. Percebendo a urgência desta situação, e sabendo que a criação da unidade de saúde familiar não era imediata, contactamos outros médicos, contactamos a ARS e o ACeS do Baixo Vouga porque pretendíamos fazer um protocolo semelhante àquele que fizemos com o Dr. Gonçalves para os restantes ficheiros do município. Já agora, o que o Dr. Gonçalves, através deste protocolo, faz, é exatamente aquilo que um médico de família faz. Tem acesso ao histórico clínico do paciente, tem acesso a todos os ficheiros do Sistema Nacional de Saúde e nós entendemos que é assim que deve ser. Portanto, nós falamos com a ARS, falamos com o ACeS do Baixo Vouga e falamos com os médicos, mas foi-nos respondido, pela ARS, que o ACeS do Baixo Vouga vai terminar no dia 30 de dezembro de 2023 e vai surgir uma Unidade Local de Saúde, que não tem nada a ver com a Câmara Municipal. A partir do dia 01 de janeiro de 2024, portanto, logo no início de janeiro, nós contactaremos a nova ULS para verificarmos sobre a possibilidade de realizarmos um protocolo semelhante para os restantes ficheiros. Ao mesmo tempo, temos falado com médicos. Está aberto um concurso para uma vaga para a ainda existente UCSP, Unidade de Cuidados de Saúde Primários. Temos falado com médicos para se candidatarem a esta vaga e esperamos que seja preenchida. Nós falamos

com vários presidentes de Junta que nos perguntaram sobre a possibilidade de apoiar a contratação de médicos. Eu percebo que, para os Severenses, para todos os municípios, para todos os fregueses de todas as freguesias, esta seja a maior preocupação. Para nós, também tem sido, mas eu quero deixar muito claro, e respondendo aqui ao senhor membro da assembleia municipal, Jorge Graça, que a única referência que foi feita na informação sobre a saúde alguma vez, foi relativo à inauguração do Balcão SNS na freguesia de Pessegueiro do Vouga. A Câmara Municipal não manda nos médicos, não manda nos enfermeiros, não manda sequer nos assistentes técnicos. Se mandasse, nós garantimos que não estava assim o nosso centro de saúde. Mas, têm-me impressionado muito todas as entidades para a rápida resolução deste problema que, quero deixar claro, não será rápido, mas é um problema a nível nacional. Nós estamos a fazer os possíveis. Fizemos um acordo pioneiro em todo o país com o Dr. Gonçalves. Resolveu o problema do maior ficheiro. Esperamos, se for necessário, fazer outros acordos com outros médicos. Relativamente à ajuda que o senhor Sérgio Soares pediu, aquilo que lhe foi respondido foi que estávamos na disponibilidade de ajudar, portanto, iríamos pedir, e foi pedido, também, por vocês, vamos pedir um parecer às entidades próprias no sentido de verificar de que forma é que podemos ajudar a resolver esta questão e para, de uma vez por todas, esclarecer a legalidade ou a ilegalidade porque, se for legal, ótimo, ficamos muito contentes. Se for ilegal, avançamos em frente e procuramos outra alternativa. Relativamente à questão da execução do IC 35, nós aquilo que sabemos é que o Tribunal de Contas deu parecer positivo à execução do projeto da AFW Consulting, com quem temos falado. O prazo de execução do projeto é cerca de um ano e meio. O valor do projeto é € 1 300 000,00. Vamos estreitamente com esta empresa procurar definir as melhores soluções e, relativamente à execução desta obra, pois dependerá de muitos fatores, nomeadamente o Leilão do 5G, não temos qualquer informação. Foi prometido pelo atual Secretário-Geral do PS, há muito tempo, que também prometeu um novo aeroporto e sabemos como é que isso está. Só sobre as associações, queria dizer que o valor total de apoio dado às associações foi de € 376 000,00. Como referi aqui, na cerimónia, há associações que receberam mais e há associações que receberam menos. Existe um regulamento que eu considero que tem que ser alterado porque estabelece regras de financiamento dadas às associações. Nesse regulamento está, efetivamente, a nível do subsídio dado anualmente, do subsídio que a Câmara dá, um limite para as despesas que corresponde a cinquenta por cento das despesas apresentadas. Eu concordo, senhor membro da assembleia municipal, Jorge Graça, que este limite não faz sentido e é por isso que muitas das associações que apresentaram muitas das despesas, a verdade é que não aparecem no apoio, mas a Câmara Municipal deu muito para além dos apoios que, eventualmente, se fala como subsídio. E eu, senhor membro da assembleia municipal, Jorge Graça, não gosto de falar, mas eu terei que falar porque me chamaram à atenção para um *post* de uma associação chamada Mimos e Tratos que referiu que a Câmara Municipal tinha cortado no subsídio àquela associação, que este ano não tinha dado nada. Eu não sei se era a associação a que se referia, a verdade é que quero esclarecer o seguinte: a Câmara Municipal celebrou, ao longo do ano de 2023, um protocolo com essa associação em que deu oito mil euros em razão. Ao mesmo tempo, fez obras naquele espaço que foi, no nosso tempo, assinado o contrato de cedência do espaço, porque não existia nenhum, legalizando, abrindo a porta para a legalização daquele espaço, que foi feito no nosso tempo. Realizamos obras naquele espaço para a vedação do espaço que não se encontrava vedado, no valor de julgo que doze mil euros. Para além disso, fizemos uma baixada, porque aquele espaço não tinha, no valor de sete mil e tal euros, agora não sei precisar, uma baixada que permitiu a eletricidade naquele local. Os nossos funcionários vão àquele local sempre que é necessário tratar da água. A Câmara Municipal liga para os bombeiros para levar para lá água e, para além disso, pagamos até ao final do mês de outubro cerca de mais de dois mil euros em despesas médicas. Nós, se totalizarmos o apoio dado àquela associação, seja nestas obras, seja no protocolo celebrado com o fornecimento de razão,

cerca de oito mil euros, falamos de um apoio de vinte e cinco mil e muitos euros. esta associação disse que a Câmara Municipal tinha cortado o subsídio. Portanto, aquilo que se diz nas redes sociais raramente corresponde à verdade. Há muitas outras associações que, neste tipo de subsídio, viram alguma diminuição porque tinham recebido muitos outros apoios pontuais ao longo do ano. No total, o apoio dado às associações foi, penso eu, o maior valor de sempre, no valor de trezentos e setenta e seis mil euros. Eu não me queria estender mais. Acho que respondi principalmente às questões.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.--

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados na sua pessoa. Senhor Presidente, é só um à parte e era para ficar registado. Eu pedi, até, por e-mail. Senhor Presidente, eu tenho conhecimento que, noutras autarquias, aqui por acaso não é o caso, que normalmente com a comunicação escrita vão as contas correntes dos fundos disponíveis. Eu gostava de saber da possibilidade de, quando fosse a informação escrita para todos os membros, irem as contas correntes dos fundos disponíveis desde a última reunião até à data da próxima reunião. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Isso foi o que solicitou por e-mail?-----

António Dias – Sim, contas correntes dos fundos disponíveis. Todos os membros, no fundo, tinham acesso a esta informação.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** – Posso só responder muito rapidamente? A informação dos fundos disponíveis é apresentada em todas as reuniões de Câmara e consta da ata da Câmara que está disponível no site do município.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos continuar.-----

Sérgio Silva pediu para intervir novamente. O Presidente da Assembleia Municipal informou-o de que já não tinha tempo na grelha para intervir naquele ponto. O PS disponibilizou o tempo que ainda lhe restava a Sérgio Silva para ele poder intervir, tendo o Presidente da Assembleia Municipal autorizado que interviesse.-----

Sérgio Silva – Obrigado à bancada do PS e desculpe, senhor Presidente, mas o assunto é de extrema importância. O que está aqui em causa não é se é legal ou se não é legal e eu penso que até estamos presente uma Câmara de direita, uma coligação CDS/PSD, mas parece-me uma Câmara de esquerda, de PS que só vê o Serviço Nacional de Saúde. O que está aqui em causa é se queremos ver só o Serviço Nacional de Saúde e pressionarmos, e acho que devemos continuar a pressionar para que através do Serviço Nacional de Saúde continuemos a ter cuidados médicos aqui, ou se podemos, a curto prazo e de imediato, ter um serviço misto que salve vidas porque o que me custa ver esta Câmara a falar de dinheiro e que as coisas custam dinheiro, mas depois celebra um contrato com um médico, por três meses, para além da reforma do médico, mais de treze mil euros para três meses. Portanto, há aqui muitas formas de resolvermos isto de curto prazo e de, ao estarmos a pagar médicos fora do Serviço Nacional de Saúde, estamos aqui também a aliviar o Serviço Nacional de Saúde porque todos os cuidados, todos os serviços que esses médicos podem fazer já essas pessoas não vão sobrecarregar o nosso centro de saúde e ele fica aliviado. E, para terminar, permitam-me, mas ou optamos por uma coisa ou optamos pela outra e o que eu vejo, e desculpem-me também todos os deputados municipais e o público presente, o que me custa é ver o Décio e o Manuel Cruz a colar cartazes, todos os dias, neste concelho, e desculpem-me, mas muitas destas pessoas morrem em casa e em muitos outros sítios aparecem mortas em casa e muitas delas têm que ser por falta de cuidados médicos. Disse.-----

3.2 Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Sever do Vouga: - Foi submetida à Assembleia Municipal a versão final do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Sever do Vouga para aprovação. Antes de abrir um período de intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – A Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, e o

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a desenvolve e aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, determina que a avaliação do sistema de gestão territorial deve ser traduzida em relatórios sobre o estado do ordenamento do território nos vários níveis de planeamento: nacional, regional, intermunicipal e municipal. A avaliação surge, pois, como uma fase indispensável do processo de planeamento territorial, enquanto processo contínuo, que contribui para a adequação do plano à realidade, e é com base nos relatórios sobre o estado do ordenamento do território que se afere a necessidade de modificação dos instrumentos de gestão territorial. Isto é uma obrigação legal e que tem que vir à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de quatro em quatro anos.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Minhas senhoras e meus senhores. Eu vou procurar ser breve, até porque escolhemos uma grelha algo breve para este tema pela dimensão da ordem de trabalhos, mas esta é uma matéria que merece sempre algum debate e ponderação pela informação que consta neste documento e que nos permite ir acompanhando aquilo que é a evolução de Sever do Vouga porque influencia as opções orçamentais que são tomadas, necessariamente, e influencia, evidentemente, o planeamento que é necessário fazer do futuro do concelho. Dado particularmente relevante, e estes dados são essencialmente, salvo erro, até ao final de 2021, o dado mais preocupante é um dado que, todos nós, temos chamado à atenção ao longo dos últimos anos e que é prioritário para este concelho, que é o envelhecimento da população. Esse envelhecimento, evidentemente, que traz uma pressão acrescida naquilo que são as preocupações de apoio social para o município, para aquilo que são as exigências de um serviço de saúde porque, conforme a população vai envelhecendo, também a pressão incide sobre o serviço de saúde e há um dado particularmente relevante que merece ponderação e análise naquilo que são as preocupações que o município deve ter. Se olharem para os dados em termos da população de Sever, percebe-se que há uma quebra populacional na maioria das freguesias, aliás, há uma quebra populacional geral no concelho, mas essa quebra é mais acentuada em várias freguesias, essencialmente com exceção de duas – Sever do Vouga, que é a sede do concelho, que significa que a quebra demográfica do concelho incide, essencialmente, nas demais freguesias e que há alguma centralização das pessoas na sede do concelho e, também, nalguma medida, em Talhadas, que, dentro das freguesias fora da sede do concelho é aquela que cai menos. Isto levanta, desde logo, uma questão e que eu gostaria de sublinhar a preocupação com a área de reabilitação urbana para as sedes da freguesia que esta Câmara, e bem, avançou, que é a possibilidade de se reabilitar também aquilo que são os núcleos urbanos das freguesias que não são a sede do concelho, que foi, aliás, defendido na campanha eleitoral, de modo a permitir que se faça investimento em habitação fora da sede do concelho para permitir que os núcleos dessas freguesias continuem a ter vida e a atrair população. E, não posso deixar de dizer que este é um problema que incide em Sever, mas se olharem para os dados percebem que o envelhecimento ocorreu, também, no distrito de Aveiro e ocorreu a nível nacional também. Portanto, é, mais é mais grave em Sever. É evidente que as políticas de natalidade, as políticas de atração de nova população são fundamentais para que o concelho se possa desenvolver. Muitas vezes, quando se fala no desenvolvimento de um concelho, pensa-se apenas no seu desenvolvimento económico e aquilo que estes números nos indicam é que, neste momento, uma das principais condicionantes do desenvolvimento económico que o país, que até o próprio distrito e, em especial, o concelho de Sever do Vouga têm, é que precisam de ter mais pessoas, precisam que nasçam mais crianças para que se possa, depois, conseguir crescer em termos do seu desenvolvimento económico e social também. E, esta nota, eu acho que, face ao limitado tempo é aquela que é possível fazer nesta altura, mas acho que é importante fazer-se a propósito deste documento e mesmo quem não teve oportunidade ainda de ler com atenção, mas que olhe porque é

importante até para sedimentar aquilo que são os nossos debates aqui na assembleia municipal sobre o futuro de Sever. Muito obrigado.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Elga Silva.-----

Elga Silva – Boa tarde, senhor Presidente da Mesa e restantes elementos, boa tarde ao executivo, aos restantes deputados, aos presentes. Início só desejando boas festas e um santo Natal a todos, mas o que me faz vir aqui não é só desejar-vos um bom Natal. É questionar o executivo para quando, uma vez que o tema se prende com este ponto do agendamento, para quando a ARU em Silva Escura e Dornelas. Obrigada.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Obrigado, Elga Silva. Aproveito para lhe dar os parabéns. Não sei se o senhor Presidente, relativamente a este último ponto, apresentado pela senhora Presidente da Junta de Silva Escura e Dornelas, quer dizer alguma coisa ou se damos por concluído.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu pedia só ao Dr. Alexandre que viesse aqui dizer para quando a ARU que está a ser feita. Estou a pedir autorização ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para o técnico da Câmara Municipal, Dr. Hélder Alexandre, prestar esse esclarecimento.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Com brevidade, se fizer o favor.-----

Alexandre Pereira – Boa noite a todos. Senhor Presidente, membros da Assembleia, membros da Câmara. Estamos, neste momento, tanto para a freguesia de Silva Escura e Dornelas, tanto para Rocas do Vouga, estamos a providenciar as respetivas ARUs e esperamos que, na próxima assembleia, do próximo ano civil, possamos trazê-las para aprovação. Muito obrigado.-----

Presidente da Câmara Municipal – Entretanto, serão contactados os presidentes de Junta para serem ouvidos relativamente a esta questão.-----

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, a versão final do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Sever do Vouga.-----

Presidente da Assembleia Municipal – conforme estava definido, vamos passar à discussão em conjunto dos pontos 3.6 ao 3.14. O senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu farei, então, a apresentação dos pontos todos ao mesmo tempo e serei muito breve. Relativamente ao orçamento municipal e GOPs para o ano de 2024, queria dizer o seguinte: O orçamento municipal para 2024 é no valor de 13,6 milhões de euros. Importa salientar que este orçamento é apresentado em período de fecho de quadros de investimento, como é a presente época em que se está a encerrar o Portugal 2020 e o POSEUR. Contudo, o município tem já investimentos assegurados por financiamento externo que ainda não são refletidos neste orçamento dado que a data em que foi assinada a viabilização das candidaturas apresentadas por este executivo é posterior à apresentação do orçamento à Câmara Municipal. Foram assegurados investimentos no centro de recolha oficial animal. A Câmara Municipal apresentou uma candidatura ICNF, que foi aprovada e o dinheiro até já foi transferido, no valor de € 220 000,00. A candidatura da eficiência energética da piscina no valor de € 145 000,00. Centro de saúde de Sever do Vouga no valor de € 2 100 000,00. Construção de extensões de saúde € 500 000,00. A estes valores somam-se outros projetos como a reabilitação do quartel da GNR, já referido anteriormente, que também não consta com o valor no orçamento. Portanto, somaria tudo isto a este valor de € 13 600 000,00. E estamos a aguardar, e esperamos que seja até ao final deste mês, a assinatura do acordo de compromisso no âmbito do PT2030, que garante um investimento mínimo de € 5 000 000,00 em obras a realizar em todas as freguesias no concelho. Foi uma opção deste executivo não colocar no orçamento sem que antes tivesse tudo escrito. Se o orçamento fosse a reunião de Câmara hoje, seria muito superior este valor do € 13 600 000,00. Outros projetos em breve serão apresentados, sendo nessa altura convidados todos os presentes e a restante

comunidade a vir conhecer os novos projetos deste executivo e desta Câmara Municipal. Relativamente às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras previsionais compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e a demonstração dos fluxos de caixa. Para a elaboração destas demonstrações financeiras foram seguidos alguns pressupostos apresentados nos documentos remetidos. Assim, as mesmas refletem apenas os movimentos que as dotações de receita e despesa previstas no orçamento de 2024 repercutem nessas mesmas demonstrações financeiras. Relativamente ao Mapa de Pessoal 2024, O mapa de pessoal apresentado tem apenas algumas alterações em relação ao aprovado para o ano de 2023, sendo certo que o mesmo poderá ser alterado, na concretização da nova estrutura orgânica dos serviços em curso. Plano de Recrutamento para 2024 - Considerando o estabelecido na legislação aplicável, durante o primeiro trimestre do ano deve ser aprovado o mapa anual global consolidado de recrutamentos consolidados. Pretendo esclarecer que este plano corresponde ao mapa de pessoal, não existindo qualquer alteração ao mesmo. Taxas do IMI para 2024 - Tendo em consideração o contexto socioeconómico atual, ponderados todos os fatores, apresentamos uma proposta de manutenção das taxas de IMI, ou seja, uma taxa de 0,8% para os prédios rústicos e uma taxa de 0,3% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, portanto, é o valor mínimo. Taxas do IMI para 2024 – Redução por Agregado Familiar - Considerando os imóveis destinados a habitação própria e permanente, propõe-se a redução da taxa por agregado familiar. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024 – uma proposta de taxa de 0,25%. Participação Variável no IRS para 2024 - Tendo em consideração o contexto socioeconómico atual, ponderados todos os fatores, apresentamos uma proposta de manutenção da participação variável de IRS pela taxa de 2,5%. Derrama para 2024 - Apresentamos uma proposta de taxa de 0,01% sobre o lucro tributável até aos € 150 000,00 e 1,5% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00. Penso que é tudo, senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo dado a primeira palavra a David Alves.

David Alves – Senhor Presidente, membros da Mesa, executivo, companheiros da assembleia e restante público. Fiquei surpreendido com a comunicação do senhor Presidente da Câmara. Tinha um orçamento para discutir e não vou discutir nada porque o que está em cima da mesa vai ser alterado a muito curto prazo. Tem uma execução de 70% na despesa corrente ficando 30% para investimento e o senhor Presidente anuncia-me, aqui, quase seis ou sete milhões de euros de investimento em novos projetos. É uma boa notícia. Os 70% que é a despesa corrente iria gastar baixa para valores acima de 50%, ou nem isso, valor de 50%, e altera-me o comentário que possa fazer do orçamento. A única coisa que eu pretendo, de facto, é que o senhor Presidente concretize porque eu achava que o orçamento que estava com € 13 800 000,00 era um orçamento curto, era um orçamento de medo, achava eu. Porque era, talvez, o orçamento mais baixo que eu via nos últimos tempos. Mas, o senhor Presidente surpreendeu-me e ainda bem. Felicito-o por isso. Que concretize essas obras de investimento, que faça, que consiga canalizar para cá todos os valores que financiem essa obra. E como tal, da minha parte, congratulo-o porque o orçamento está muito melhor depois daquilo que me disse, se o concretizar. Em relação aos outros pontos, apenas quero falar da derrama. Temo que as empresas fujam de Sever do Vouga, conforme se dizia antigamente quando eu propunha que a derrama fosse mais elevada e que chegasse, provavelmente, até ao valor máximo, argumentavam sempre que as empresas não podiam, que as empresas iriam embora e não ficariam cá porque iam perguntar pela derrama. Felizmente acho que estamos em consenso, pelo menos o senhor Presidente e eu. Não é a derrama que leva as empresas daqui para fora. Não é a derrama que provoca o não investimento no concelho de empresas. Considero que 1,5%, que é o valor máximo, ou menos, é indiferente. Para mim interessa-me é que, de facto, as empresas em Sever do Vouga, e temos aqui um limite que é € 150 000,00 de volume de negócios e acima de € 150 000,00, temos aqui uma diferenciação, eu que ando nisto todos

os dias, diria que 60% das empresas em Sever do Vouga não pagam derrama nenhuma porque não têm lucros e 30% pagarão uma derrama entre um lucro de IRC de 12,5% e 21%. Haverá zero vírgula qualquer coisa de empresas, que são as grandes empresas, que pagam alguma coisa. Portanto, temos aqui uma média na ordem dos 20% ou 30% de empresas que pagarão alguma derrama que possam enviar dinheiro para os contribuintes. Felicito-o pelo aumento da derrama e felicito-o pelo orçamento se, de facto, concretizar aquilo que disse.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. Como sempre dissemos, este executivo assumiu um compromisso com os Severenses de executar o que se propunha. Dizer ao que vem, ou ao que vinha. Não apresenta um orçamento com uma mão-cheia de nada de investimentos previstos para assim continuarem uma previsão e pouco ou nada ser feito. Vemos aqui os investimentos propostos tratados com todo o cuidado, com clara intenção de executar os investimentos propostos. E, por isso mesmo, dizemos que estes valores que não surgiram no orçamento, mas que foram agora indicados pelo senhor Presidente, revelam um trabalho árduo em conseguir a concretização das candidaturas, em conseguir que estas candidaturas fossem aprovadas, fossem assinadas e que, efetivamente, pudessem permitir os investimentos que estão em cima da mesa. Esta quebra de ciclo é excelente e, por isso mesmo, este trabalho demonstra que este executivo vem para trabalhar e vem para conseguir alterar a vida dos Severenses. E, por isso mesmo, o senhor David Alves também tem a humildade suficiente para reconhecer, no caso da derrama, que se houver necessidade alterar, altera e assim o fez, mantendo os outros impostos que terão, se calhar, um impacto mais profundo no particular, no severense, mas na derrama ter a humildade de reconhecer que, efetivamente, terá que haver alteração. Por isso mesmo, será no sentido positivo que a bancada do PSD irá votar. Muito obrigada.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhoras e senhores, senhor Presidente da Câmara. Em nome do CDS, venho aqui, evidentemente, anunciar aquilo que é a nossa posição em relação à proposta do orçamento, bem como aos demais documentos que estão sujeitos a discussão neste momento. E, em relação a este orçamento, é importante, desde logo, destacar algo que consideramos muito importante que é a sua transparência, ou seja, é possível ver aquilo que são a ordenação de prioridades, ou seja, o que é que esta Câmara se propõe a fazer no próximo ano. Sabemos que, naquilo que são as orientações estratégicas do orçamento, a numeração inicial ainda está pela ordem que era tradicional anteriormente. O primeiro era a cultura, o segundo era o turismo, o terceiro o desenvolvimento socioeconómico. Percebemos que não se alterasse essa ordem porque isso significaria ter que mudar os mapas todos, mas imediatamente a seguir é dita qual é a primeira prioridade desta Câmara. A saúde. É essa por ordem de prioridades que é definida, seguindo-se, evidentemente, o turismo, o desenvolvimento socioeconómico, as zonas industriais e as demais prioridades estão claramente lá identificadas tal como estão identificados aqueles que são os principais investimentos que são prioritários para a Câmara. Longe vão os tempos dos orçamentos que são feitos em que havia uma profusão de rubricas, todas elas a cinco euros, e depois, ao longo do ano, não se sabia o que é que ia ser feito ou o que é que não ia ser feito e o dinheiro transferia-se para aquilo que estava, em cada momento, na ordem do dia sem se saber qual era a real intenção e a real vontade do município em termos de execução. Mais importante, ainda, como todos têm conhecimento, porque são notícias públicas, o calendário da demissão do governo e da dissolução da Assembleia da República, foi calculado em função de garantir a execução do PRR, não comprometer, melhor dizendo, a execução do PRR e, evidentemente, que há um quadro comunitário do Portugal 2030 que é fundamental para alavancar aquilo que é a capacidade de investimento do município, ou seja, aquilo que o orçamento municipal tem que acomodar é a quota parte do investimento que nos caberá fazer dependendo daquilo que for a verba que nos será atribuída para esse financiamento.

Por isso, o anúncio que aqui foi feito, por parte do senhor Presidente da Câmara, é um anúncio particularmente importante porque nos diz, no fundo, que verbas do PRR e que verbas do Portugal 2030 é que estão, neste momento, em cima da mesa para alavancar o orçamento de investimento do município de Sever de forma a termos aquilo que são estes equipamentos que aqui estão a ser anunciados. É importante, também, já que estávamos a falar da saúde, de ter uma ideia daquilo que é o suposto socialismo, ou menor socialismo, desta Câmara. Qual é a diferença entre aquilo que foi a opção da Junta de Freguesia de Talhadas relativamente a contratar um médico para apoiar os Talhadenses, daquilo que nos foi aqui apresentado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Couto. Vamos lá ver, a Junta de Freguesia de Talhadas tomou essa opção com base no seu orçamento e não veio pedir autorização a ninguém. Nem veio pedir dinheiro a ninguém. Está no âmbito das atribuições das freguesias a saúde. Eu não tenho dúvida nenhuma que a freguesia de Talhadas está dentro daquilo que são as suas atribuições e que está a cumprir aquilo que foram os objetivos que foram votados e uma Junta de Freguesia do CDS está a prestar esses serviços aos Talhadenses e fá-lo com o apoio do CDS e fá-lo bem. Portanto, eu não compreendo a crítica do socialismo. O socialismo típico é decidir fazer uma despesa e depois pedir aos outros que paguem. Isso é socialismo. Aquilo que a Junta de Freguesia de Talhadas, uma Junta do CDS, fez, foi, decidiu e fez. Não veio pedinchar autorização para fazer. Há aqui uma diferença enorme e, portanto, é evidente que, naquilo que ao CDS diz respeito, se se tomam decisões e se consideram como sendo prioritárias determinadas matérias, obviamente executam-se e o Presidente, António Dias, tem-no feito e bem. Em relação àquilo que são as opções municipais, é evidente que estamos a falar de entendimentos que são feitos entre dois partidos e que haverá, necessariamente, que fazer coexistir as diferentes posições e nós entendemos que a matéria que foi decidida em relação às Talhadas foi muito bem decidida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas de apoiar com um médico. Compreendemos aquilo que é o esforço que tem vindo a ser feito pelo município. Sabemos as dificuldades que existem a nível nacional e, também, que têm um impacto gravíssimo em Sever do Vouga. Estamos atentos, estamos preocupados e é evidente que estão na mão do município todas as decisões que possam ser tomadas em relação a esta matéria. Agora, em matéria do orçamento, aquilo que nós registamos é que o orçamento é transparente, é claro e nos diz aquilo que são as prioridades. A primeira delas, saúde. Depois, está lá a lista das obras que se pretende fazer, no próximo ano, com este orçamento. Em relação àquilo que são as verbas do PRR e do 2030, que já estão atribuídas ao município, foram-nos anunciadas agora e obrigarão, evidentemente, a rever este orçamento para incorporar esses valores e aquilo que é a componente do orçamento municipal que terá que, eventualmente, ser utilizada para o financiar. Mas, as opções estão lá, são sindicáveis e são, evidentemente, suscetíveis de serem avaliadas por esta assembleia. Em relação, ainda, à matéria tributária. Essencialmente, o que nós temos é a manutenção das taxas, com exceção da derrama. Nós sempre entendemos, nomeadamente em relação à quota parte que cabe ao município do IRS, que faz sentido que seja repartido o esforço de forma igual, ou seja, é 2,5 para o município, é 2,5 de benefício para cada Severense e, portanto, estamos particularmente tranquilos em relação a este orçamento que revela trabalho e investimento e, por isso, iremos apoiar e votar favoravelmente o orçamento para 2024, as grandes opções do plano, bem como as demais matérias que juntámos neste ponto para efeitos de discussão, mas que são, essencialmente, quadro de pessoal e todas as matérias tributárias que estão aqui em discussão. Muito obrigado.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Sérgio Silva. **Sérgio Silva** – Muito obrigado, senhor Presidente. Parece que lhe serviu a carapuça. Não tinha sido a si que eu tinha chamado de socialista, mas sim, se calhar, à presidência desta Câmara porque eu gosto de comparar à o cor-de-rosa ao alaranjado aqui em Sever do Vouga. Mas, permita-me, Dr. António Carlos Monteiro, dizer-lhe que, até ao momento, não há nenhuma diferença entre o que se fez nas Talhadas e o que se está a fazer no Couto.

Até porque é o que se pode e é o que se está a fazer em muitas freguesias por esse país fora e que, se calhar, estão a fazer em mais algumas neste concelho. Isto, para dizer que aqui não há pedinçice nenhuma. Se houvesse, eu já tinha vindo aqui e, no mínimo, eu sempre meu pautei pela proporcionalidade e, atendendo aos treze mil euros gastos no médico, através do Serviço Nacional de Saúde, em Talhadas, eu só iria pedir o proporcional per capita, também, que esta Câmara investisse em Couto de Esteves. Eu nunca me pautei por mais do que isto. Apenas pela proporcionalidade. E, Dr. António Carlos Monteiro, não precisa de vir aqui fazer a defesa da honra do nosso Presidente, porque eu acho que ele ainda é capaz de o fazer. Senhor David Alves, eu também fico surpreso, realmente, pelos milhões que o nosso Presidente da Câmara aqui fala. O orçamento, realmente, é curto, mas não foi feito, em 2023, nenhuma das obras prometidas ou protocoladas com as freguesias exceto, pelo que sei, em Paradela e Cedrim, mas que é através da união de freguesias, nem é a Câmara. Aí o protocolo até penso que está correto e que não viola o regulamento porque o dinheiro vai ser dado à união de freguesias e a união de freguesias, e bem, vai fazer essas obras. Mas, já percebi que, com estes milhões todos que vão vir, em 2024 vão-se fazer as obras de 2023 e as de 2024. Em 2023, não se conseguiu fazer, mas em 2024 vai-se fazer dos dois anos. O orçamento, e permita-me, Dr. António Carlos Monteiro, outra vez, eu tive o cuidado de contar no orçamento e plano plurianual cem rubricas a cinco euros. Não é assim tão pouco. Conte-as duas vezes porque eu gosto de confirmar as coisas. E, o que me assusta, realmente, neste orçamento, é a despesa corrente de 71,5%. A máquina está muito pesada, senhor Presidente da Câmara, e tem que começar, também, a ver aqui resultados porque a máquina está muito pesada. Tem que ser bastante bem oleada. E, apenas 28,5% de despesa de capital. Vejo, também, e é de lamentar, aqui um desrespeito pelas freguesias na despesa, uma transferência de capital de apenas € 110 000,00 para as freguesias. Isto revela, realmente, o desrespeito que esta Câmara tem por todas as freguesias deste concelho. Li, também, já no ponto anterior, e transcrevo: “*garantimos a concretização da construção do acesso ao IC35*”, como se a Câmara pudesse garantir alguma coisa a este nível, mas faz disto bandeira. E depois, nas rubricas zona industrial dos Padrões, eu vejo lá um zero. Não vejo lá nada. Na zona industrial de Cedrim, vejo € 500,00. Quer dizer, tanta pompa e circunstância aqui a anunciar as obras dos outros e depois aquilo que é a nossa competência fica-se pelos zeros. Vouga Trail, também vejo aqui € 21 000,00. Sim senhora, é uma iniciativa muito interessante que leva o nome de Sever do Vouga por esse país fora, mas uma associação de um concelho vizinho, que vem aqui fazer esta atividade, será que não há associações neste concelho que possam pegar nesta atividade e aumentarmos aqui as verbas para as associações? Eu sou do tempo que as associações, por onde eu passei, faziam meias-maratonas, criavam equipas de futebol federado e de futsal e levavam o nome de Sever do Vouga por aí. Nunca receberam vinte e um mil euros. Recebiam quatro ou cinco, algumas mil e quinhentos euros para fazerem as atividades. Agora, é assim dinheiro à Lagardère. Para terminar, SNS posto móvel, zero euros, também já foi aqui falado, mas depois há aqui um plano municipal de saúde de € 500,00. Ainda se está a ver aqui o que é que se há de fazer com a saúde, primeiro vamos fazer o plano, que ainda ninguém sabe o que é que se passa com a saúde. Temos que fazer aqui planos, tratar de todos esses assuntos burocráticos e depois sim. Quando o Décio e o Manuel Cruz afixam os cartazes todos, nós tratamos da saúde. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.-----
António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes. Senhor Presidente, todos sabemos que as autarquias devem resolver as prioridades correntes, tais como a educação, a saúde, o bem-estar social, entre outras e, como é óbvio, não podem também sobreorçamentar. Mas, esta decisão, por vezes, também reflete uma redução nas despesas de capital e o que é facto é que as despesas correntes, por força das atualizações salariais, dos fornecimentos dos serviços externos, das aquisições, dos consumíveis, entre outros, também aumentam todos os anos

e, como o senhor Presidente, ainda agora, assumiu a delegação de competências da saúde, aumentou também o orçamento, portanto, tem aqui a receita proveniente do governo central e também vai ter a despesa no futuro. E eu pergunto, senhor Presidente, o senhor Presidente falou há pouco que, se apresentasse hoje, salvo erro, o orçamento que os valores já seriam muito superiores. Senhor Presidente, falou nisso e eu gostava que nos desse aqui algumas dicas de alguns eventuais investimentos que poderão alterar o orçamento porque, caso contrário, é um orçamento que é irreal, ou seja, à partida já sabemos que não é o correto, o que me parece um pouco descabido. Senhor Presidente, eu estive aqui a ver, o senhor Presidente fala aqui em investimentos, despesas de capital € 3 800 000,00. Eu pergunto, isto dá para as obras todas? Despesas correntes, € 9 650 000,00, ou seja, isto dá ideia que é um orçamento para despesas de gestão corrente. Não é com € 3 850 000,00, mais ou menos, que se fazem grandes obras, digo eu. A mesma coisa em termos de receita corrente. Tenho aqui receitas correntes de € 9 900 000,00, mais ou menos, e tenho receitas de capital de € 2 400 000,00. Eu pergunto, está à espera de tantos subsídios, tantos apoios e só dá € 2 400 000,00? Senhor Presidente, eu gostava que nos desse aqui alguma informação sobre isto. É o que consta do orçamento, por isso é que eu gostava que nos informasse. É o que está aqui. Senhor Presidente, já agora, eu uma vez que ainda não fui chamado para que fosse, no fundo, solucionado o problema do protocolo de investimentos, eu gostava de saber o ponto de situação para este ano e para o ano que vem. Obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores, senhores deputados, presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras, muito boa tarde a todos. Os deputados do Partido Socialista e os senhores vereadores foram convidados pelo executivo para apresentarem sugestões para este orçamento. Analisámos o orçamento e, de uma maneira responsável, demos várias sugestões para este orçamento. Na área da educação, atendendo a que as bolsas de estudo estão num valor que nós consideramos baixo, e já estão há muito tempo, e devida à inflação e, também, ao momento social que atravessamos, propusemos que as bolsas aumentassem, mas não vimos isso no orçamento. No turismo, entendemos que é muito importante a reabilitação do parque urbano da vila. É um assunto que eu já cá trouxe, mas para além do parque urbano da vila, as entradas da vila e o centro da vila, se não forem devidamente cuidados, eu não estou a ver as pessoas a virem a Sever, ficarem por cá, almoçarem por cá e, com isso, desenvolverem o nosso concelho. Sinceramente, sem resolvermos este assunto da parte central da vila e o parque urbano devidamente atraente, não estou a ver que tenhamos muitos turistas. Propusemos, também, na área da saúde, criar um fundo de maneio para incentivar os médicos a ficarem, a estarem connosco e, com isso, os Severenses terem melhores cuidados de saúde. E, propusemos a criação de condições para que aquelas pessoas que vão de madrugada para as filas para conseguir uma consulta, que lhes sejam dadas condições para eles não estarem ao frio nem à chuva. Além disso, seria também importante, no nosso entender, que houvesse uma distribuição de senhas às pessoas que se apresentam para as consultas para não terem que estar ali horas e horas. Entendemos, também, que é importante a reativação das extensões de saúde. No que respeita às zonas industriais, é urgente fazer a ligação da E.N. 328 à zona industrial dos Padrões. E, também é importante e muito urgente tratar dos arruamentos da zona industrial dos Padrões. Além disso, seria importante investir verbas significativas nas zonas industriais. Propusemos, também, que fosse executada ou, pelo menos, dar início ao projeto de execução da estrada de Silva Escura ao Alto da Serra, que está uma miséria e que, depois de recuperada, ligando à estrada de Dornelas a Silva Escura, seria um ponto de fácil acesso dos Severenses à zona litoral. Na área do ambiente, como todos sabem, aquela zona das encostas do rio Vouga, as acácias continuam a invadir aquela área e é urgente que se tomem medidas de prevenção e controle das espécies invasoras. Propusemos tudo isto sem demagogia, pensando que é possível executar e que

contribuem significativamente para a melhoria das pessoas deste concelho. No respeitante a impostos e apoios às associações, notamos que aqueles que pressionavam, sistematicamente, o anterior executivo para baixar os impostos hoje, apesar da situação social complicada, agravada com os aumentos da inflação e dos juros bancários de empréstimos e outros, decidiram aumentar os impostos e reduzir substancialmente o apoio às instituições e coletividades que, no nosso entender, prestam um grande serviço à comunidade Severense. Desejo a todos boas festas, feliz Natal e um ótimo ano novo. Obrigado.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Elga Silva.-----
Elga Silva – Boa tarde, de novo. Sintam-se todos cumprimentados. Eu venho questionar relativamente ao investimento para a freguesia de Silva Escura e Dornelas. Relativamente ao de 2024, o que é que vai acontecer porque, como está explanado no documento em análise, não consta. E, agradeço já, engenheiro João Oliveira, porque eu esperava que os € 150 000,00 que a União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas iria receber, e está orçamentada no orçamento da freguesia para o ano 2024, fosse, por exemplo, para a estrada que vai dos Angios ao Alto da Serra. Acho que no orçamento do município está explanado nos protocolos o valor que é da Junta, que entrou em orçamento da Junta, e torna-se falacioso como está exposto. O orçamento e a participação na junta nas despesas estão orçamentadas com o custo exclusivo ao município e algo não está correto e a imagem que passa não é a correta e verosímil e gostava que explicasse sobre esse assunto. Senhor Presidente, obrigada.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Jorge Graça.-----
Jorge Graça – Mais uma vez, muito obrigado senhor Presidente. Renovo os cumprimentos a todos na sua pessoa. Penso que são três pontinhos que queria abordar, digamos assim. Um deles é em relação à taxa variável do IRS. É um esclarecimento pessoal que eu peço porque na documentação que nos foi enviada a certidão, efetivamente, referencia para manter o valor da taxa variável do IRS nos 2,5, que era o que estava no ano anterior, mas na proposta do senhor Presidente está 3,5. Portanto, gostava de saber se isso foi um lapso ou se é mesmo assim.-----

Presidente da Câmara Municipal – É um lapso de escrita. É 2,5.-----
Jorge Graça – Nesse aspeto nós concordamos apesar de, como defendiam as pessoas que agora estão no poder e a apoiar o poder no passado, era conveniente, dentro do possível, aliviar a carga fiscal. Pois, nós consideramos que essa carga fiscal, neste caso concreto, até porque incide sobre o IRS e a maior parte das pessoas não paga o IRS porque ganha muito pouco, achamos que está equilibrada, como achávamos no ano passado e que somos coerentes. Na minha opinião pessoal, também, eu terei sempre muita dificuldade em votar contra um orçamento porque, como sempre disse no passado, e continuo a dizer, o orçamento é responsabilidade de quem o faz, de quem o submete a votação, portanto, também é sua responsabilidade executá-lo, portanto, salvo alguma razão muito especial e muito forte, votarei contra um orçamento apresentado pela Câmara Municipal e, portanto, já estou a manifestar a minha intenção de voto de não votar contra. Outro aspeto que eu queria dizer e, ao fim ao cabo, para reforçar aquilo que eu disse numa achega na minha intervenção é que, efetivamente, é muito fácil propor quando se está na oposição e falar e criticar e parece que agora os cinco euros, que nem disfarçaram por sete e meio, podia ser sete e meio, mas não, o Sérgio, por acaso, teve o cuidado de contar, e agradeço, aquilo que antes era um berbicacho e era alvo de todas as críticas e mais algumas, agora já torna até o orçamento muito claro, dirigido anteriormente isso complicava porque não se sabia o que é que a Câmara queria fazer, agora mantém-se lá os cinco euros à mesma. Vi uma ou outra com dez euros, está bem, é diferente, mas mantêm-se e isso agora já não incomoda nada. E, depois, também no caso da derrama, em que nós somos coerentes, no ano passado, o meu colega David Alves defendeu o aumento da derrama pelas razões que ele já explicou, mas eu lembro e, já agora, felicito no site do município está muito claro porque é muito fácil consultar as atas das assembleias municipais e da Câmara Municipal e eu relembro

aqui uma votação, numa Câmara Municipal, em que o senhor vereador do CDS, Ricardo Silva, fez uma declaração de voto a dizer que propunha a derrama para zero. Essa proposta foi assinada pelo agora Presidente da Câmara, senhor Pedro Lobo e pelo engenheiro Paulo Martins que, na altura, era vereador. E agora, que estão no poder, podiam efetivamente passar a derrama para zero, mas propõem este aumento, ou seja, é verdade que é muito fácil falar quando se está na oposição, apresentar propostas populistas, digamos assim, mas depois quando se lá está é preciso dinheiro para se fazer obras. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Eu queria só pedir o favor, porque depois gera-se aqui um ruído na sala que é de todo inconveniente, quer para quem está a falar, quer para os outros membros. Portanto, pedia que se abstivessem de conversar uns com os outros para podermos levar isto da melhor maneira. Mais intervenções? António Dias, tem a palavra.-----

António Dias – Senhor Presidente, mais uma vez, obrigado. Cumprimento o senhor Presidente na sua pessoa e todos os presentes. Senhor Presidente, só são dois pontos. A derrama é um imposto que incide sobre os lucros das empresas e eu sou defensor das taxas mínimas, uma vez que, independentemente de ser um valor alto ou não, estamos a competir com outros municípios que, muitas vezes, não têm taxa de derrama. Senhor Presidente da Câmara Municipal, eu até estou estupefacto, como é que é possível, e isto sou obrigado a falar das outras freguesias, como é que é possível, Paradela e Cedrim tem protocolo para € 150 000,00, o Couto de Esteves supostamente para € 35 000,00, Pessegueiro do Vouga para € 75 000,00 (última página do orçamento), Rocas zero, Talhadas zero, Sever do Vouga zero, Silva Escura e Dornelas zero. Diga-me uma coisa, ó senhor Presidente, isto é brincar connosco? Onde é que está o protocolo de investimentos que toda a gente defendeu, que, atenção, a senhora vereadora Paula estava na oposição, foi uma das que votou contra o orçamento quando chamamos o orçamento, o senhor Vice-Presidente da Assembleia esteve comigo numa reunião, em Pessegueiro, com mais presidentes de Junta que estão aqui dentro, onde trouxe uma ata entregue ao senhor Presidente da Câmara. António Coutinho, a pedir aumento para € 50 000,00 e depois foi para € 60 000,00 e agora sai fora? Desculpem, não estamos a brincar. Isto é na última folha. Não brinquem com as freguesias. Haja respeito, senhor Cruz, foi você que trouxe a ata, está aqui o senhor José Sousa que esteve na reunião. Isto é brincar com as freguesias. O senhor está a votar aqui contra aquilo que o senhor trouxe à Câmara Municipal quando era oposição. Isso eu não admito, desculpem. Estão a prejudicar as freguesias, pelo menos a mim e a mais três ou quatro. Estou a ver ali o meu colega de Rocas, digo-lhe uma coisa, vá à assembleia de freguesia dizer assim “*não vou receber € 75 000,00*”. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Pedro Mendes, tem a palavra.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado, senhor Presidente. Para desanuviar um bocadinho, três pontos que eu gostaria de realçar e das várias intervenções que ouvi, de facto é muito fácil fazer propostas e, de facto, as propostas que nós ouvimos aqui hoje não são mais, nem menos, do que uma síntese, um resumo daquelas que foram as intervenções, nomeadamente, do PSD e do CDS nos últimos quatro anos antes deste executivo da Câmara ter ganho as eleições e de exercer, neste momento, a sua posição de liderança na Câmara. Portanto, durante quatro anos, basicamente as ideias, no fundo, os projetos que nós trouxemos a esta assembleia, foram aqueles que foram aqui apresentados como ideias de futuro. Foram coisas que, no fundo, não foram executadas durante trinta e dois anos, certamente não terão tido tempo, porque foram poucos meses e foram poucas semanas e poucos dias. A segunda questão que eu gostaria aqui de realçar e sobre IC35, eu não tenho o número dele, mas creio que, provavelmente, as pessoas que são mais afetas à cor política dele lhe poderão fazer uma chamadinha que, talvez, o Dr. Pedro Nuno Santos nos possa esclarecer porque é que isto ainda não foi executado, porque, bom, eu tenho de memória, e não sei a data, mas sei que foi na altura da campanha eleitoral, antes das eleições na Câmara Municipal de Sever do Vouga em que foi feita uma promessa muito concreta de

execução desse projeto. Portanto, eu não tenho, neste momento, acesso àquelas que foram as peças da campanha, mas certamente as pessoas que estiveram presentes na altura em que ele fez esta intervenção, talvez nós todos lhe pudéssemos fazer uma chamadinha a perguntar porque é que isto não foi executado. A terceira questão da derrama, o que é que eu poderia dizer? Eu creio que todos nós, durante um determinado período de tempo, podemos ter uma opinião e, se os argumentos forem fortes, e se nós verificamos que a realidade um pouco ou ligeiramente contrária à nossa opinião, nós podemos mudar de direção e podemos mudar de caminho. Eu felicito, no fundo, o município e felicito todos os partidos que estão aqui presentes, no fundo, pela sua harmonia nesta decisão. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Presidente da Assembleia Municipal – À Mesa? Sim, faça favor.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Eu peço ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia um esclarecimento escrito sobre o princípio da igualdade, o princípio da transparência, o princípio da proporcionalidade que a Câmara Municipal usou para fazer esta discriminação entre juntas de freguesia. Esta discricionariedade de tratamento entre juntas de freguesia. O protocolo, que eu saiba, é igual para todas as juntas de freguesia e, portanto, se uma beneficia, todas têm que beneficiar. Caso contrário, é uma decisão política e não dá a nenhuma. Se dá a uma, tem que dar a todas. Eu quero que peça esclarecimentos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Peço desculpa, há pouco tinha feito a mesma questão.-----

António Dias – Não, agora é daqui. Agora quero por escrito. Quero que me seja enviado o porquê dessa diferença de tratamento em relação às juntas de freguesia e quero que se baseie no princípio da igualdade, da transparência e da proporcionalidade em relação às juntas de freguesia. O porquê, no fundo, dessa fundamentação. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Está registado. Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer intervir com algum esclarecimento.-----

Presidente da Câmara Municipal – São respostas muito rápidas. Senhor membro da assembleia municipal, Jorge Graça, e a todos aqueles que perguntaram sobre as zonas industriais, no âmbito do acordo do investimento dos € 5 000 000,00 de que falamos e que esperamos ser assinado até ao final do ano, deixamos € 1 200 000,00 para zonas industriais, distribuídas pela zona industrial dos Padrões, pela zona industrial de Cedrim e pela zona industrial de Talhadas. Relativamente ao acesso da zona industrial dos Padrões à E.N. 328, nós tivemos oportunidade de falar com o IP sobre este assunto e teremos, também, que falar com a empresa AFW Consulting que está a fazer o projeto de execução do novo IC35, e aquilo que nos foi pedido pelo IP e falado é que a rotunda de acesso à E.N. 328 estaria contemplada no projeto e, portanto, que não fazia sentido nós estarmos, neste momento, a fazer uma rotunda de acesso à zona industrial dos Padrões quando não se sabe, ainda, está em estudo, o acesso do IC35 à E.N. 328. Relativamente à outra estrada que falou em Silva Escura e Dornelas, assim que terminarmos a estrada de Dornelas a Silva Escura, nós avançaremos com esse projeto que entendemos ser muito importante. Senhor João Oliveira, relativamente às bolsas de estudo, não é possível termos os impostos no mínimo e os apoios no máximo. O Município de Sever do Vouga apoiou, este ano, cerca de quarenta bolsas de estudo. É muito superior a qualquer município vizinho. Tendo em conta o nosso orçamento, é um valor muito grande do orçamento. Penso que são todas as questões. Se houver mais algumas, responderemos por escrito para não estarmos aqui a prolongar muito.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Vamos à votação, ponto por ponto.-----

3.6 Orçamento Municipal e GOP's 2024: - No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2024, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de € 13 600 000,00 (treze milhões e seiscentos mil euros), estando os recursos previstos devidamente evidenciados no orçamento de receita,

para aplicação e alcance dos referidos objetivos definidos no orçamento de despesa, que devem ser conjugados com os restantes documentos apensos. Foi elaborado um conjunto de demonstrações previsionais previstas no parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) n.º 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e ainda os documentos previstos no artigo 46.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). De salientar as Grandes Opções do Plano, com os vários projetos, ações e atividades dotadas para 2024 em € 9 175 00,00 (nove milhões, cento e setenta e cinco mil euros), que compreende o Plano Plurianual de Investimentos com um total definido de € 3 950 000,00 (três milhões, novecentos e cinquenta mil euros) e o Plano de Atividades com o valor definido de € 5 225 000,00 (cinco milhões, duzentos e vinte e cinco mil euros).-----

O Orçamento Municipal 2024, que inclui as Grandes Opções do Plano e o Regulamento de Execução, e respetivas autorizações acima identificadas foram aprovados, por maioria, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Vinte e um votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Um voto contra – António Dias.-----

Cinco abstenções – Elga Silva, David Alves, João Oliveira, Jorge Graça e Sérgio Silva.----

3.7 Demonstrações Financeiras Previsionais 2024: - A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, as Demonstrações Financeiras Previsionais para o ano 2024, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções.-----

Vinte e cinco votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Dois abstenções – António Dias e Sérgio Silva.-----

3.8 Mapa de Pessoal 2024: - Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município e apresentado à Assembleia Municipal. Analisado o documento, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção, o Mapa de Pessoal para 2024, para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2024, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.-----

Vinte e seis votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Uma abstenção – Sérgio Silva.-----

3.9 Plano de Recrutamento para 2024: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção, o Plano de Recrutamento para o ano de 2024, elaborado em cumprimento do artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”.-----

Vinte e seis votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Uma abstenção – Sérgio Silva.-----

3.10 Taxas do IMI para 2024: - Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, na sua redação atual, para vigorarem no ano de 2024:-----

a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----

b) Prédios urbanos: 0,3%.-----

Vinte e sete votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.11 Taxas do IMI para 2024 – Redução por Agregado Familiar: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2024, e para efeitos do previsto no art.º 112-Aº do Código do IMI, foi apresentada a proposta da Câmara Municipal para redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	30
2	70
3	140

A proposta de redução do IMI, por agregado familiar, para 2024, foi aprovada, por unanimidade.-----

Vinte e sete votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.12 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024: - Para efeitos do previsto no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2024.-----

Vinte e sete votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.13 Participação Variável no IRS para 2024: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pela Câmara Municipal para fixar a participação variável do IRS em 2,5%, para o ano de 2024, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Vinte e sete votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.14 Derrama para 2024: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aplicação das seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2024:----

- a) 0,01% sobre o lucro tributável até os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----
- b) 1,5% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

Vinte e cinco votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Dois abstenções – António Dias e Sérgio Silva.-----

3.3 Regulamento da Praia Fluvial da Quinta do Barco: - Foi apresentada a versão final do Regulamento da Praia Fluvial da Quinta do Barco para aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – O Regulamento foi elaborado pelos Serviços do Município, forma cumpridos todos os formalismos legais, pelo que se apresenta para deliberação.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a versão final do Regulamento da Praia Fluvial da Quinta do Barco para efeitos de publicação da mesma no Diário da República.--

Vinte e sete votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Sérgio Silva, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

3.4 Regulamento de Trânsito: - Foi apresentada a versão final do Regulamento de Trânsito para aprovação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Trata-se de um Regulamento elaborados pelos nossos serviços. Foram cumpridos todos os procedimentos. A Câmara Municipal aprovou a minuta de Regulamento em 13 de setembro de 2023. Após o período de discussão pública, não foram apresentadas propostas de sugestão e alteração, pelo que se apresenta a versão final para envio à Assembleia Municipal. Consideramos uma matéria essencial para a melhoria da regulação do trânsito e estacionamento no nosso concelho, sendo certo que se trata de um assunto que reveste primordial importância na qualidade de vida e ambiente da nossa vila. O Regulamento foi elaborado pelos Serviços do Município, forma cumpridos todos os formalismos legais, pelo que se apresenta para deliberação.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara. Esta proposta do regulamento de trânsito e de estacionamento, essencialmente, tem impacto e resulta, também, daquilo que é a matéria que o senhor Presidente trouxe, em reunião anterior, do concurso relativamente à exploração do estacionamento concessionado. É evidente que, aquilo que são as opções de estacionamento de duração limitada têm consequências na vida dos Severenses que, habitualmente, estacionam no centro da vila e, para serem eficazes, será necessário, evidentemente, que haja todo um esforço de alteração de comportamentos que eu perguntaria ao senhor Presidente da Câmara se também estão a ser planeados ou não, ou seja, quem vem trabalhar para o centro de Sever e que não seja residente e não tenha direito ao título de residente, que opções de

estacionamento tem, que não seja tarifado, e designadamente para quem visita Sever será feito um esforço de sinalização no sentido de encaminhar aquilo que é o trânsito e o estacionamento habitual para parques que estejam à disposição e que não venham sobrecarregar aquilo que é o estacionamento de curta duração porque, evidentemente, que o estacionamento de curta duração é, muitas vezes, uma reivindicação dos comerciantes por forma a estimular a rotação desse mesmo estacionamento, mas não é o único estacionamento que importa acautelar. Há estacionamento de média duração e de longa duração que, se não for devidamente planeado, acomodado, estudado, divulgado, levará, como é evidente, que haja, ou divergências que poderiam ser sanadas naquilo que é a utilização desse espaço público, e a insatisfação perante aquilo que serão as opções relativamente a esse espaço público e à fiscalização que é feita, mas também aquilo que são, necessariamente, as preocupações que todos devemos ter de haver alguma pedagogia na forma como esse espaço público é partilhado por todos. Portanto, eu deixaria estas questões/sugestões ao senhor Presidente da Câmara no que diz respeito, depois, à operacionalização daquilo que pode vir a ser este regulamento, havendo depois uma efetiva fiscalização do mesmo na sequência daquilo que é o procedimento que está, neste momento, em curso. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, pretende fazer alguma intervenção?-----

Presidente da Câmara Municipal – Queria só fazer uma explicação. A necessidade deste regulamento prende-se com o facto de a GNR, que era quem fazia a fiscalização dos estacionamentos, ter informado a Câmara Municipal que não o faria mais. Nem em regime gratificado. Não faria mesmo. Portanto, houve a necessidade de fazer este regulamento para agora de abrir um procedimento para que seja uma empresa externa a fazer a fiscalização do estacionamento. Continuará a haver muito estacionamento não pago, e inclusive está previsto no orçamento um novo estacionamento no CAE. Portanto, haverá muitas hipóteses e, naturalmente, apostaremos na sinalização para identificar esses locais e divulgação.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a versão final do Regulamento de Trânsito para efeitos de publicação da mesma no Diário da República.-----

Vinte e quatro votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Um voto contra – Vanessa Loureiro.-----

Doas abstenções – Elga Silva e Sérgio Silva.-----

3.5 Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2023: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 3ª Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos do Orçamento Municipal de 2023, com a criação de dois projetos.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – A alteração modificativa reflete pequenos ajustes realizados ao orçamento de despesa, devido à introdução de novos projetos, mas sem modificar o seu valor global.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Sérgio Silva.---

Sérgio Silva – Muito obrigado. Neste ponto, permitam-me dizer-vos que eu sou do tempo em que esta Câmara dava, a cada freguesia, uns míseros € 12 500,00 para a limpeza de valetas e € 11 000,00 para pequenos investimentos. Nesse tempo, cada presidente de Junta recebia, sob a forma de subsídio, € 275,00 mensais como compensação pelo trabalho que

prestava ao povo. Contudo, esses presidentes de Junta, que já são poucos que por aqui andam, apesar de não lhes serem exigidas grandes competências e apesar de não receberem para tal, queriam mais. Queriam mais competências, queriam mais responsabilidade, queriam mais trabalho e lutaram para isso. Recordo-me do Mário Coutinho e do António Cruz, do António Bastos e do Carlos Tavares, recordo-me do Paulo Machado e recordo-me do Custódio Lima. Presidentes que lutaram, que conseguiram dar dignidade às suas freguesias, que conseguiram aumentar as receitas e que conseguiram fazer obra e conseguiram, essencialmente, mudar a história. Minhas senhoras e meus senhores, hoje tempos presidentes de Junta que estão a meio-tempo e que recebem o respetivo ordenado com os respetivos encargos, mas que, através desta alteração orçamental deixarão fugir para os cofres da Câmara uma significativa verba e deixam, assim, de ter que se preocupar com a sua aplicação, passando a Câmara a ser a única entidade a gerir essas verbas. Esta diminuição de transferências de capital para as freguesias, no valor de € 330 000,00 tirará força às freguesias, empobrecerá o bom trabalho realizado pelos executivos cumpridores e tirará dignidade às freguesias. Senhores presidentes de Junta, votar a favor ou abster-se desta alteração orçamental é dizer aos Severenses que as juntas de freguesia não são capazes, que não cumprem e que a Câmara voltará a ser quem faz desfaz, sem que as juntas possam dizer qualquer coisa. Senhores deputados municipais, votar a favor ou abster-se a esta alteração orçamental é dizer aos Severenses que é preferível, no início do ano, abrir uma rubrica orçamental de meio milhão de euros, mas na véspera de Natal tirar de lá esse dinheiro, do que abrir uma rubrica de cinco euros e não a cumprir. Disse.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a António Dias.-----

António Dias – Mais uma vez, obrigado senhor Presidente. Sintam-se cumprimentados na sua presença. Senhor Presidente, esta retificação orçamental, aquilo que eu, enquanto presidente da Junta, jamais imaginei. Custou muito aumentar os valores, custou o primeiro chumbo orçamental pós 25 de Abril desde que estamos em democracia e estou aqui hoje a assistir a colegas, onde eu me incluo, que, entre aspas, não estão a cumprir aquilo que está no regulamento. Então, senhor Presidente, mais uma vez, eu peço-lhe aqui um esclarecimento escrito sobre a legalidade de retirarem o valor do relatório, portanto, o protocolo de investimentos, e não o entregarem às freguesias. Não está nas freguesias. Segundo, senhor Presidente, eu peço aqui que me sejam facultados, portanto, peço um esclarecimento por escrito, que peça ao senhor Presidente da Câmara que me sejam enviadas todas as estimativas orçamentais do ano de 2023 e todos os relatórios de investimentos de 2023 de todas as juntas de freguesia. E peço-lhe, se possível, que envie ao Ministério Público tudo o que foi aqui hoje decidido, tudo que foi aqui hoje deliberado, inclusive o orçamento, porque não pode haver discricionariedades, não pode haver diferenças no tratamento entre as juntas de freguesia. Se umas têm direito ao protocolo, as outras também têm que ter. Portanto, peço aqui que averigue a legalidade das decisões aqui tomadas. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Câmara, quer acrescentar alguma coisa ou passamos à votação?-----

Presidente da Câmara Municipal – Nada.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2023.-----

Vinte e um votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Dois votos contra – António Dias e Sérgio Silva.-----

Quatro abstenções – David Alves, Elga Silva, João Oliveira e Jorge Graça.-----

3.15 Licença Administrativa – Interesse Municipal: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para que seja reconhecido o interesse municipal das obras de

construção de um imóvel sujeito a servidão administrativa em área não abrangida por loteamento ou por plano de pormenor para um pavilhão de exploração pecuária (aves), em Talhadas (Processo n.º 20/2023).-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Nas obras de ampliação de edifícios inseridos exclusivamente em empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, e nas obras de construção ou ampliação de edifícios destinados exclusivamente às atividades agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal, incluindo atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração, ou de edifícios integrados em infraestruturas de produção, armazenamento, transporte e distribuição de energia elétrica, ou ao transporte de gás, de biocombustíveis e de produtos petrolíferos, pode o município deliberar sobre o reconhecimento do interesse municipal do projeto.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor, o interesse municipal das obras de construção de um imóvel sujeito a servidão administrativa em área não abrangida por loteamento ou por plano de pormenor para um pavilhão de exploração pecuária (aves), em Talhadas (Processo n.º 20/2023).-----

Vinte e quatro votos a favor – Adérito Soares, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, David Alves, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Lúcia Gonçalves, Luís Pedro, Maria Pereira, Maria Oliveira, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

Diana Paiva retirou-se da sala durante a discussão e votação deste ponto. Os membros António Dias e Sérgio Silva já se tinham ausentado da sessão quando este ponto foi colocado à votação, pelo que não participaram da mesma.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Questionado pelo **Presidente da Assembleia Municipal**, o membro do público autorizou a captação de som e imagem para posterior divulgação.-----

Armando Ferreira Neves, de Arcas, Talhadas – A todos, boa noite. Eu aproveito a ocasião para pedir ao senhor Presidente da Câmara por favor que nos diga qualquer coisa sobre a nossa estrada, mas aproveito, para que todos ouçam bem, que Arcas como a povoação pequena que é, fazer-se pouco, gozar com todos, só porque as camisolas não são iguais ou porque a educação não é toda igual. Portanto, lamento tudo o que tenha acontecido. Tanto trabalho que tive para ajudar a desbloquear a situação e não pode caber na cabeça de alguém que tenha bom senso que por razões que eu tenho conhecimento porque me foi facultada toda a documentação, por birrinhas, parecemos que andamos aqui a brincar miúdos com meia dúzia de anos. Haja respeito e só peço ao senhor Presidente que, por favor, nos diga qualquer coisa. Obrigado. -----

Presidente da Assembleia Municipal - O senhor Presidente da Câmara, na sequência desta intervenção, deseja dizer alguma coisa?-----

Presidente da Câmara Municipal – Sim. Eu conheço o senhor Armando Neves. Ele sabe muito bem qual é o motivo pelo qual a estrada das Arcas, o alargamento e a pavimentação foi uma obra pela qual este executivo trabalhou muito, desde o início do nosso mandato, no âmbito de uma candidatura que, infelizmente, o dinheiro não veio para Talhadas porque a candidatura tinha que estar terminada a execução física e financeira no dia 30 de novembro de 2023 e, fruto de uma obra paralela à obra das Arcas, realizada pela Junta de Freguesia de Talhadas, não foi possível concluirmos aquela obra. O que posso dizer é que recebemos um e-mail, esta semana, a dizer que a Junta de Freguesia de Talhadas terminou a obra e, portanto, nós iremos retomar, logo no início do ano, para terminarmos a obra o mais depressa possível. Entretanto, far-lhe-ei chegar, por escrito, toda a sucessão do que aconteceu, para que o senhor Neves possa ter acesso, por escrito. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Encerrados os trabalhos, queria, em primeiro lugar, convidar todos os presentes para, na sala de reuniões, comer uma fatia de bolo-rei e beber uma taça de espumante e, depois, desejar a todos, em primeiro lugar, agradecer a vossa presença, o vosso trabalho empenhado nesta sessão, a forma como a mesma decorreu, penso que de uma forma digna e como se pretendem os trabalhos da assembleia municipal e, por último, desejar a todos umas boas festas, um feliz Natal e um bom ano de 2024 para todos vós e também para o nosso município. Muito obrigado. Estão encerrados os trabalhos.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----